



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CONTINUADA DE
DOCENTES**

RENATA NERES DE MOURA COELHO DE ANDRADE

Brasília
2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NAN553p NERES DE MOURA COELHO DE ANDRADE, RENATA
O PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO E AS CONTRIBUIÇÕES À
FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES / RENATA NERES DE MOURA
COELHO DE ANDRADE; orientador OTILIA MARIA A. N. A. DANTAS.
-- Brasília, 2017.
101 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Salto para o Futuro. 2. TV Escola. 3. Formação
docente. 4. Prática docente. I. A. N. A. DANTAS, OTILIA
MARIA, orient. II. Título.

RENATA NERES DE MOURA COELHO DE ANDRADE

**O PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CONTINUADA DE
DOCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa em Profissão Docente, Currículo e Avaliação (PDCA), sob orientação da Professora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas.

Brasília

2017

RENATA NERES DE MOURA COELHO DE ANDRADE

**O PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CONTINUADA DE
DOCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Profissão Docente, Currículo e Avaliação.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas
PPGE/Universidade de Brasília (Presidente)

Profa. Dra. Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Lúcio França Teles
Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza
Universidade de Brasília (UnB)

Defesa em: 22 de dezembro de 2017.
Local: Sala Papyrus, FE5, Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre revitalizante. Por isso, apesar de não ser um dos itens necessários faço questão de agradecer a todos que contribuíram para mais uma etapa dos meus estudos. A minha família que sempre me apoia, mesmo nos momentos mais complicados. Ao meu marido que serve xícaras de café durante a madrugada enquanto escrevo. Não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Otília Dantas, que me recebe sempre com carinho e muito apoio para a permanência no mestrado. Não posso me esquecer dos meus colegas do mestrado que acompanham toda a trajetória e me ajudam sempre com dicas, referências, textos e um bom papo para descontrair.

RESUMO

O objetivo deste projeto de pesquisa é compreender a audiência e uso pedagógico do programa Salto para o Futuro, produzido e exibido pela TV Escola, como ferramenta de formação de docentes. Apresentando de modo geral como é realizado o trabalho de produção do conteúdo da TV Escola e como o canal é disponibilizado e utilizado por estudantes e professores. O material de auxílio pedagógico é disponibilizado pelo Ministério da Educação via satélite por um canal de televisão com sinal digital e analógico e no portal da Internet. Dentre o público estão educadores, estudantes e pais que buscam mais recursos para complementar a formação escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, se pautou na análise de conteúdo dos programas Salto para o Futuro que tratam temas relacionados à formação de professores. Lançamos mão da análise documental, da observação e análise da amostra selecionada. O programa pode contribuir para autoformação de docentes, desde que o discurso político não prevaleça à frente dos interesses educacionais. Por fim, discutimos as perspectivas para o futuro e o uso do programa como plataforma educacional para formação continuada de docentes.

Palavras-Chave: Salto para o Futuro. TV Escola. Formação docente. Prática docente

ABSTRACT

The objective of this research project is to understand the audience and pedagogical use of the Salto para o Futuro program, produced and exhibited by TV Escola, as a training tool for teachers. Presenting in a general way how the production work of TV Escola content is carried out and how the channel is made available and used by students and teachers. The teaching aid material is made available by the Ministry of Education via satellite through a television channel with digital and analogue signal and in the Internet portal. Among the public are educators, students and parents who seek more resources to complement school education. The research, of a qualitative nature, was based on the content analysis of the programs Salto para o Futuro that deal with issues related to teacher training. We used documentary analysis, observation and analysis of the selected sample. The program can contribute to the self-training of teachers, provided that political discourse does not prevail in relationship of educational interests. Finally, we discuss the perspectives for the future and the use of the program as an educational platform for the continuous training of teachers.

Key Words: Salto para o Futuro. TV Escola. Teacher Training. Teaching Practice.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Quadro de Coerência da pesquisa	15
Quadro 2. TV Escola: Teses e dissertações.....	17
Quadro 3. Atores Públicos.....	26
Quadro 4. Ciclo Políticas Públicas.....	27
Quadro 5- Programas Selecionados.....	59
Quadro 6- Fontes Entrevistadas	90
Figura 1 Ciclo Políticas Públicas	28
Figura 2 Linha do Tempo	47
Figura 3 Categorias de Análise	62
Figura 4 Realização da Pesquisa	63
Figura 5 Avaliação Ensino	67
Figura 6 Programa Base Nacional	67
Figura 7 Trechos Discursos Contrários	68
Figura 8 Reforma Ensino	69
Figura 9 Cadernos	74
Figura 10 Cadernos	74
Figura 11 Cadernos	75
Figura 12 Cadernos	75
Figura 13 Livro Africanidades	75
Figura 14 Logomarca	77
Figura 15 Evolução Logomarcas	78
Figura 16 Apresentadores	82
Figura 17 Enquete	83
Figura 18 Participação Público	84
Figura 19 Tipo de Fontes	88
Figura 20 Classificação Fontes	89
Gráfico 1 Formação de Professores MEC	34
Gráfico 2 Formação de Professores- Pós-Graduação	34
Gráfico 3 Educação Básica Formação Continuada	35
Gráfico 4 Projeção Educação Básica	36
Gráfico 5 Distribuição Professores- Escolaridade	54
Gráfico 6 Distribuição Professores Sexo e Raça	55
Gráfico 7 Formato dos Programas.....	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal de 1988
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
TIC'S	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	5
SUMÁRIO.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, TV ESCOLA E PROGRAMA “SALTO PARA O FUTURO”	22
2.1 Políticas Públicas	22
2.2 Políticas Públicas e Educação.....	28
2.3 Plano Nacional de Educação	31
2.3.1 Meta 16 – da formação continuada de professores.....	33
2.4 A TV Escola.....	36
2.5 Salto para o Futuro.....	41
3 O PAPEL DA TV E DA INDÚSTRIA CULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	43
3.1 Papel da TV	48
3.2 Indústria Cultural e formação de professores	50
3.3 Perfil docente no Brasil	54
4. METODOLOGIA.....	57
4.1. Escolha dos Programas – Seleção	58
4.2. As fases da pesquisa.....	62
5. A PRÁTICA DOCENTE PELA LENTE DO “SALTO PARA O FUTURO”	65
5.1. Categoria Televisiva e interesses políticos.....	66
5.2. Características Técnicas.....	71
5.3. Recursos Técnicos	77
5.4. Mediadores.....	81
5.5. Participação do público.....	82
5.6. Temas.....	85
5.7. Fontes e Argumentos	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Quando começo a ler um livro faço questão de ler o prefácio. É bem verdade que em muitas obras este item não se faz necessário, como é o caso desta dissertação. Não estou aqui para discutir se há ou não a necessidade do prefácio. O fato é que gosto de ler o prefácio. E, partindo do pressuposto de que você já reservou parte do seu tempo para entender o que estou fazendo aqui, não poderia deixar de fazer um prefácio nesta dissertação. Memorial, seria talvez o nome mais adequado, já que estamos nos referindo sobre um trabalho acadêmico. Então vamos lá!

Se já leu até aqui é sinal de que pode continuar mergulhando no trabalho para entender como tudo vai funcionar. Eis que me apresento, as letras vão surgindo e até agora não escrevi nada sobre minha trajetória acadêmica. Falo isso, por que encontrei pelo caminho alguns modelos e orientações sobre como escrever um memorial. E se você realmente quer saber, não tive o menor interesse por esses manuais. Não acredito em fórmulas mágicas ou padrões pré-estabelecidos para alcance de resultados. Como não enxergo a necessidade de começar o meu prefácio do mesmo jeito que começaria um memorial, faço questão de iniciar minha trajetória pelo momento mais recente.

Estudo e trabalho, trabalho e estudo e faço tudo ao mesmo tempo. Diferente de muitos colegas que conseguiram se licenciar e tornar os estudos como principal atividade durante boa parte dos dois anos dedicados ao mestrado, tento administrar o tempo entre o labor e as leituras. Não foi fácil, mas também não é algo impossível, ou uma meta inalcançável. Estou aqui escrevendo esta última parte deste trabalho (sei que ela está vindo no início, mas revelo que foi a última parte para a qual me dediquei) para me apresentar oficialmente. Tenho como formação inicial jornalismo, cursado em uma faculdade privada. Ressalto este ponto por que já havia estudado em uma universidade pública, mas, por imaturidade decidi não cursar Serviço Social até o fim. Entrei na Universidade de Brasília aos 17 anos, na época (não vou ficar fazendo contas, ok?) prestei vestibular para área de Comunicação Social na faculdade privada e Serviço Social na UnB.

No auge dos meus 17 anos decidi cursar concomitantemente as duas faculdades. Não sei de onde tirei essa ideia. Na verdade, sei, sim! Estava cheia de ideias e queria transformar o mundo. Se não fosse por meio das palavras, seria por intermédio das ações. E consegui levar uma rotina de muitas horas de estudo por uns 3 anos. Mas em determinado momento, comecei a enxergar o curso de Serviço Social com certo distanciamento da minha realidade.

Vim de família de classe média. Meu pai, era servidor público e minha mãe, minha educadora. Iniciei um novo parágrafo propositalmente. Faço aqui uma pausa para explicar um pouco mais sobre minha formação inicial. A vida da família não foi fácil. Em uma época de transição do regime militar para democracia, passamos por algumas dificuldades financeiras. Mesmo com as incertezas provocadas após a chegada do presidente Collor ao governo, meu pai insistiu em matricular as filhas (pois é tenho uma irmã que ainda não havia citado, logo logo volto a falar dela) em escolas particulares. Não discuto aqui se a escola particular é melhor ou pior do que a escola pública. A verdade é que aprendi a ler com a minha mãe. Tinha até poucos dias a cartilha do ABC e sei soletrar as palavras de um jeito bem diferente. Hoje, depois de me dedicar com mais profundidade a área da educação, entendo que o método usado por ela funcionou.

Fiz essa pausa para explicar por que me afastei da faculdade de Serviço Social. Com formação básica em escolas particulares, encontrei na Universidade um verdadeiro Universo. Muitas vezes distante da minha realidade e na verdade achei um pouco chocante. Na faculdade privada, o método era mais parecido com o que já estava habituada. E como já disse no auge dos meus 20 anos escolhi continuar estudando jornalismo

Daí para frente me dediquei ao ofício de jornalista desde então. Atualmente trabalho com causas ambientais e produzo um programa com foco na sustentabilidade do nosso planeta. Exerço minha profissão na área contando histórias - porque é isso que um bom jornalista faz: conta histórias. Já disse que não ia fazer contas, mas se você está aí pensando e contando nos dedos, já debutei na profissão. São mais de 15 anos tentando alcançar meu objetivo inicial: transformar a realidade.

Ressalto que tenho a intenção de transformar por que mudar a realidade é algo praticamente inatingível. Digo isso porque cada sujeito é responsável por suas mudanças. O que eu posso fazer para contribuir? Informar, investigar, instigar. Ao

longo desses 16 anos de jornada participei de coberturas especiais, posses de presidentes e governadores, copas do mundo, eleições, enchentes, tragédias. Conheci personalidades, pessoas incríveis e cidadãos conscientes. Também já entrevistei muitas autoridades e políticos. Sempre com o mesmo objetivo: apurar informações e contar tudo em formato de história. Tenho um ofício que me encanta por que tenho a oportunidade de contar histórias.

Ultimamente tenho percebido que contar histórias contribui para transformar a realidade, mas faltava algo. E sai em busca de que? De uma formação mais aprofundada. Lembrei dos anos lá atrás quando iniciei meu curso na famosa Universidade de Brasília. Como boa apuradora, saí em busca de informações sobre como alcançar a transformação. Falei que voltaria a falar da minha irmã, e aqui, faço menção aos conselhos ouvidos com bastante atenção. Como ela é formada em Pedagogia, sempre ouvi falar de Paulo Freire, Piaget, Vygotski, Gramsci, Saviani – bem a lista aqui seria enorme. E confesso que pouco sabia sobre o assunto. Como sou movida por curiosidade pesquisei sobre o assunto e cheguei a uma conclusão: a educação pode sim transformar! E a partir daí iniciei minha trajetória de volta a Universidade de Brasília.

Cheguei à Faculdade de Educação sem nunca ter estudado nenhum teórico da área. Foi uma retomada incrível, por que não senti aquele distanciamento inicial. Muito pelo contrário, o amadurecimento profissional, me permitiu ter contato com outras realidades, diferentes, mas não distantes da minha. Esse novo olhar foi essencial para a continuidade da minha formação.

Mesmo com muito receio, mas como muita vontade de aprender cheguei até o Programa da Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Desde o início fui recebida e acolhida sem distinções por não ser da área. Hoje compreendo por que isso acontece. E continuo me dedicando aos estudos com intuito de transformações.

Possíveis transformações para formação continuada dos profissionais que ensinam. Independentemente da área profissional, em todas existe um professor. Aquele sujeito dedicado que domina as técnicas de ensino e que possui diversos saberes. Hoje me questiono como nunca havia pensado em como esse profissional é formado. E mesmo depois da formação inicial, como ele continua aprendendo para ensinar?

Por isso, apresento esta pesquisa para apontar as contribuições que um programa de televisão (o Salto para o Futuro), produzido pela TV Escola e considerado como educativo, pode se dedicar a formação continuada de docentes. Daqui em diante, me deterei na TV Escola, mesmo não sendo o nosso objeto de estudo, para contextualizar o programa “Salto para o Futuro”, nosso objeto de estudo.

A TV Escola é um importante instrumento de comunicação com fins educativos. É um veículo estatal e sem finalidade comercial com sinal aberto para todo o Brasil. Foi criada em 1995 pelo Ministério da Educação como política pública. É uma emissora de televisão pública custeada com recursos do Governo Federal. Seu principal objetivo é dar suporte e subsidiar as escolas nos âmbitos do ensino e aprendizagem. Desde 2012, este veículo passou a ser transmitido pela rede mundial de computadores, devido ao advento da internet.

Apesar da forte adesão ao meio digital, com o uso de computadores e aparatos tecnológicos a Televisão permanece ocupando papel de destaque nos meios de comunicação, mesmo pela via da internet. Apesar de várias mudanças, o programa governamental TV Escola completa 22 anos de existência em 2017.

Vive-se na atualidade a Era da Informação. Esta fase de práticas e vivências tem impactado a forma como a sociedade se relaciona na atualidade. Conectados por meio de redes, as relações passam a ser mais interativas e ao mesmo tempo mais rápidas por conta do advento da internet. Para Castells (2003), a internet é o novo ambiente da comunicação e como ela é essencial para atividade humana, os domínios da vida social são modificados pelo uso da rede. De acordo com Coelho (2011), o que caracteriza os princípios operacionais desta sociedade que vive a Era da Informação é a aplicação de conhecimentos e informações para geração de novos conhecimentos e dispositivos em um ciclo de retroalimentação. Ou seja, são as inovações tecnológicas que passam a impulsionar as transformações sociais e todo o processo de globalização advém deste esquema.

Diante da supremacia da internet sobre os outros meios de comunicação e informação, para adequar-se à nova mentalidade, o canal TV Escola sofreu modificações em 2014 reformulando o portal da emissora na internet. Esta medida visou disponibilizar o conteúdo transmitido ao vivo pela internet e facilitar o acesso ao conteúdo arquivado por meio da videoteca. Esta evolução tecnológica

oportunizou a disponibilização do conteúdo deste canal, antes restrito a televisão, em meios mais acessíveis como celulares, *tablets* e computadores.

Como recurso pedagógico, a TV Escola pode oportunizar a difusão de informações (conteúdos escolares e formativos) complementares desenvolvidas no cotidiano da escola e interior da sala de aula. As escolas, que inicialmente foram consideradas espaços próprios e até exclusivos para construção do conhecimento, na contemporaneidade expandem suas funções aderindo à rede e contribuindo, de forma direta, para elaboração e difusão do conhecimento. Professores, gestores, estudantes e pais são personagens fundamentais nesse processo de evolução e convergência da educação na Era da Informação. A educação na era da comunicação digital apresenta novos desafios para quem faz, recebe ou transmite conhecimento.

Em meio a tantas facilidades tecnológicas, o desafio para os profissionais que lidam com educação torna-se mais problemático. Diante disto indagamos: como o Programa Salto para o Futuro contribui para a formação continuada de docentes diante de um cenário com tantas opções para construção do saber? Como a educação e a comunicação promovem a interatividade e contribuem para formação de professores?

Diante dessa evolução na forma de trocar e construir conhecimentos, os educadores têm oportunidade de atualizar e participar de maneira mais interativa, criativa e próxima da realidade dos alunos. Para Coelho (2011), o que se tem no cenário atual é a incorporação das tecnologias em todas as esferas da sociedade, o que facilita a comunicação e a interação entre as pessoas. Essa relação colaborativa abre espaço para que professores e alunos consigam aprender.

É diante deste cenário que esta pesquisa foi realizada envolvendo a análise de 10 edições do programa “Salto para o Futuro”. Notadamente o estudo não se propõe a analisar toda produção da TV Escola, mas se deter neste programa que tem como foco principal da formação de docentes.

Por hora precisamos destacar que se trata de um rico material, pois o programa é produzido e transmitido pela TV Escola. Há 30 anos no ar, o Salto para o Futuro difunde temas referentes à educação brasileira. Apresentado semanalmente por Bárbara Pereira e Murilo Ribeiro em forma de entrevistas, recebem especialistas e personalidades que discutem experiências bem-sucedidas e iniciativas inovadoras na área da educação, além dos assuntos que afetam toda

a sociedade e que, assim, têm impactos diretos no cotidiano das escolas. Enfim, optamos por pesquisar o programa Salto para o Futuro pelo seu formato propício a formação continuada de professores, mas principalmente por fazer parte da programação da TV Escola.

O estudo visa, como **objetivo geral** compreender a audiência e uso pedagógico do programa Salto para o Futuro como ferramenta de formação de docentes. Para tanto, os **objetivos específicos** destinam-se a: i) contextualizar o Programa governamental TV Escola e sua finalidade educativa e ii) analisar o uso do programa “Salto para o Futuro” na formação dos professores destacando os saberes e competências comumente apropriados pelos professores.

Neste sentido, construímos um quadro de coerência visando esclarecer os caminhos teórico-metodológicos da pesquisa (quadro 1):

Quadro 1. Quadro de Coerência da pesquisa

TEMA: SALTO PARA O FUTURO E SUAS CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES		
Problema: Como o Salto para o Futuro contribui para a formação continuada de docentes diante de um cenário com tantas opções para construção do saber? Será que o programa promove a interatividade e contribui para formação continuada de professores?		
Objetivo geral: compreender a audiência e uso pedagógico do programa Salto para o Futuro como ferramenta de formação continuada de docentes.		
Questão 1	Objetivo Específico 1	Metodologia 1
Como o programa Salto para o Futuro, contribui para a formação continuada de docentes diante de um cenário com tantas opções para construção do saber?	Contextualizar o Programa governamental TV Escola e sua finalidade educativa.	Revisão Bibliográfica; Análise Documental;
Questão 2	Objetivo Específico 2	Metodologia 2
Será que o programa promove a interatividade e contribui para formação continuada de professores?	Analisar o uso do programa “Salto para o Futuro” na formação dos professores destacando os saberes e competências comumente apropriados pelos professores.	Levantamento dados; Análise das entrevistas com professores

Fonte: Da autora.

Intencionamos com este quadro 1 oportunizar uma visão mais ampla e global do desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, nosso primeiro movimento

de pesquisa foi proceder um levantamento das pesquisas já produzidas sobre o tema constituindo, assim, o estado do conhecimento.

Para realização deste estudo procurou-se situar as pesquisas já realizadas que contemplam o tema TV Escola relacionadas à prática docente ou aos processos de ensino e aprendizagem. O Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) serviu como base de pesquisa. Na busca foram inseridos os termos: TV Escola, formação docente, aprendizagem e Salto para o Futuro. Para atender melhor aos objetivos deste trabalho, apenas as dissertações e teses relacionadas diretamente ao tema TV Escola E Salto para o Futuro foram selecionados. Dentro deste perfil, foram encontradas seis obras entre os anos de 2010 a 2017 para se constituir o estado do conhecimento do referido estudo.

Este recorte temporal de 2010 a 2017 justifica-se pelo fato de neste período haver a expansão e a consolidação da rede mundial de computadores no Brasil, com a melhoria do sinal e expansão do acesso de forma geral. Com a expansão da internet, o acesso aos programas que antes exigiam uma logística específica, incluindo-se a necessidade de equipamentos e espaços físicos adequados, passa a ser mais alcançável.

Esta etapa consiste na realização de um levantamento com base em materiais já elaborados como livros e artigos científicos. Segundo Gil (2008), esta é uma das primeiras etapas dos estudos exploratórios. O autor enxerga neste tipo de levantamento a possibilidade de se ampliar o leque de opções em relação ao tema pesquisado, haja vista permitir o contato com outras fontes e dados compilados e processados. Desta maneira, este tipo de pesquisa incentiva a realização de estudos complementares no intuito de aprofundar os temas específicos ainda por investigar.

O estado do conhecimento foi realizado com os termos “TV Escola”, “TV Escola e aprendizagem”, “TV Escola e prática docente” e “Salto para o Futuro” a partir da base de dados do Banco de Teses e Dissertações da Capes, conforme citado anteriormente. Visando localizar este conteúdo buscou-se entender como foram pesquisados por seus respectivos autores e quais as problemáticas investigadas. A medida foi necessária para que este estudo trouxesse em seu corpo uma temática inovadora e que de forma complementar contribuísse de

maneira positiva para a realização e o desenvolvimento das pesquisas sobre a TV Escola.

O quadro 2 aponta os principais elementos da análise das teses e dissertações tais como tema, palavras-chave e ano da obra. Constata-se que as pesquisas localizadas abordam, em sua maioria, sobre o ensino de determinadas áreas do conhecimento pautados no conhecimento da Didática.

Quadro 2. TV Escola: Teses e dissertações

Tema	Palavras-chave	Referências
TV Escola na era digital: trajetória e perspectivas educacionais e culturais	Comunicação e educação; economia política da comunicação; TV; TV digital; TV escola;	SCHNEIDER, 2010
Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista	Mulheres; Representação; História; TV Escola; Feminismo	ARAÚJO, 2010
O uso de vídeos da TV Escola pelos professores de matemática da rede municipal de ensino do Recife: uma perspectiva instrumental do trabalho didático	Didática da Matemática; Educação Matemática; Tecnologia na Educação; TV Escola; Gênese Instrumental.	CAVALCANTI, 2011
Gênero e sexualidade na TV Escola: cartografia de um currículo	TV Escola; currículos; sexo; educação sexual.	OLIVEIRA, 2011
Programa TV Escola: um olhar crítico sobre suas múltiplas relações	Ensino; meios auxiliares; televisão na educação; comunicação de massa e educação; televisão; programas; professores; formação	NOGUEIRA, 2012
A contribuição da TV Escola em práticas pedagógicas alternativas no ensino religioso	Ensino religioso; educação; TV Escola; educação comunitária com infância e juventude; teologia; tv escola.	GERA, 2013
Televisão e formação na Era Digital: um exame crítico das pretensões formativas do Programa Salto para o Futuro	Formação cultural; semiformação; indústria cultural; televisão educativa digital; Programa Salto para o Futuro	BET, 2015

Fonte: Capes – Banco de Teses

Mais especificamente, os estudos apresentam algumas peculiaridades. A tese de Schneider (2010) destaca a TV Escola em meio às mudanças e evoluções tecnológicas e apresenta a convergência entre as áreas de educação e

comunicação refletindo sobre o uso deste veículo como forma de democratização da informação. Aponta que mudanças no campo das políticas públicas devem ser realizadas para que as tecnologias digitais sejam incluídas nas práticas pedagógicas.

Ainda Segundo Schneider (2010), muitos professores relutam em trabalhar com a TV Escola por: falta de condições estruturais e necessidade de um tempo remunerado, dentro do horário escolar, para assistirem a sua programação e planejarem seu uso adequado envolvendo atividades reflexivas e criativas adaptadas ao currículo escolar; ritmo lento, complexo e descontínuo da gestão pública; falta de formação de professores para atuarem conforme o Programa; conivência com as estruturas hegemônicas; desigualdade econômica estrutural; distanciamento entre o mundo tecnológico e a educação; obsolescência dos equipamentos e dos kits fornecidos pelo MEC; postura tradicionalista da escola.

O estudo de Araújo (2010) aborda em sua tese a representação das mulheres nos vídeos produzidos pela TV Escola. As pesquisas apontam avanços nas questões étnico-raciais ao dar voz aos excluídos, bem como a identidade cuja sexualidade está fora do padrão heteronormativo e sugere uma proposta educativa para se discutir a diversidade. Constatou-se que nos vídeos a família é sempre representada no formato tradicional, destaca-se o trabalho infantil, diferença salarial entre homem e mulher, dentre outros dados.

O trabalho de Cavalcante (2011) faz a relação da TV Escola com a prática docente e traz aspectos sob a ótica do professor que explica por que ainda há rejeição em relação ao uso do produto dentro das escolas. De maneira geral, os estudos trazem informações e contextos históricos importantes que levam a uma compreensão do uso de tecnologias no ambiente escolar. Cavalcante (2011) traz como abordagem o lado mais prático da TV Escola. Constata que os vídeos são pouco utilizados pelos docentes da área de matemática.

O estudo contribui com informações sobre sete motivos apontados pelos docentes da matemática que explicam a rejeição dos conteúdos produzidos pelo canal. São eles: 1) infraestrutura, 2) dificuldades de acesso ao acervo, 3) carência de formação para uso adequado do recurso, 4) quantidade de alunos em sala de aula, 5) resistência por parte do professor em relação ao uso da tecnologia, 6) crença de que os conhecimentos dos alunos não são compatíveis com o uso de vídeos e 7) falta de tempo para preparação e vivência em sala de aula. O conjunto

com as 7 razões foram apontados como os principais impeditivos para o uso do material da TV Escola em escolas da Rede Municipal de Recife.

No trabalho de Oliveira (2010) encontramos a problemática de como a mulher é representada nos vídeos da TV Escola. Embora existam avanços sobre isto, para a autora a mulher ainda tem pouco espaço, aparecendo em situações da vida privada, em ambientes como a casa ou lugares internos com pouca participação nos diálogos. Para a autora, a programação da TV Escola tem apresentado um enquadramento hegemônico, minoritário e periférico “que opera desprogramações de gênero, politizando a homofobia e apresentando a negritude como paisagem do possível” (OLIVEIRA, 2010, p. 243). Por mais que a autora trate dos Parâmetros Curriculares e outros documentos curriculares do campo da educação e da escola, ela se atém ao campo da comunicação, destinando-se a analisar as obras da TV Escola e enumerá-las no sentido localizar e delinear o preconceito latente nestas produções.

A pesquisa de Nogueira (2012) analisa as diretrizes que orientam o Programa TV Escola como uma política pública de formação continuada de professores à distância. Este trabalho contemplou os anos de 1995 a 2010. Para a autora, o Estado, no contexto de criação deste Programa, defendia o pressuposto de descentralização e de desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais. O Programa TV Escola, nasce como uma política pública de formação de professores sob a orientação da Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) sob a tutela do Banco Mundial e Unesco destinada a formação de professores e uso das TIC`s.

Neste sentido, Nogueira (2012) ainda destaca algumas contradições deste Programa tendo em vista que: não passou de recurso didático destinado a prática dos professores, mas não a sua formação continuada; o pouco conhecimento dos docentes sobre o uso dos recursos tecnológicos destinado ao ensino aliado a insuficiência de apoio técnico para operacionalização dos equipamentos e gravação de vídeos; a substituição do sinal analógico para o digital não melhorou a eficiência do programa; os professores formados pela TV Escola não incorporam a sua prática os elementos do Programa, nem incorporam ao projeto da escola; enfim, que não reduz o índice de evasão e reprovação nem responde a sua finalidade maior: melhoria da qualidade da educação.

Analisando as questões didáticas e voltadas para contribuição do desenvolvimento do trabalho do professor, Gera (2010) informa que, do ponto de vista religioso, enxerga a TV Escola como um canal para promoção da diversidade religiosa. O canal é visto como uma alternativa aos modelos tradicionais de ensino.

Portanto, as teses e dissertações abordam a TV Escola com perspectivas diferentes. Entretanto, prevalece a temática em relação às políticas públicas. O discurso sobre gênero e religião são mais específicos e analisam a programação de maneira menos abrangente. São recortes pontuais que focam em temas preciosos.

No que se refere ao programa Salto para o Futuro, encontramos uma dissertação. Bet (2015) aponta a televisão como um poderoso veículo capaz de oferecer formação ao cidadão. O autor, propõe uma análise específica do Programa Salto para o Futuro e constata que prevalece a forma ao conteúdo do programa. Aponta que existe um padrão discursivo onde o professor é tratado como herói, que no futuro, por meio de um “salto” mágico salvará a educação com uso da tecnologia

A partir dessas conclusões, pode-se considerar o avanço desta pesquisa na possibilidade de analisar a versão recente e atual do Programa Salto para o Futuro sob a ótica da prática docente dentro do atual contexto o tecnológico vivenciado pela sociedade. Com diversas opções tecnológicas ao alcance do professor como esse recurso pode ser utilizado para formação continuada de docentes.

A busca por compreender essa questão implica no levantamento de interconexões entre os eixos de Educação e Comunicação. Os programas veiculados na TV Escola são produzidos por comunicadores que munidos de informações e consultorias prestadas por professores pretendem alcançar como público principal a comunidade escolar.

Deste modo, os estudos iniciais para delimitação da pesquisa apontam que a TV Escola parece ser pouco conhecida e/ou utilizada pelos professores bem como seu conteúdo é pouco explorado, seja em prol da aprendizagem do estudante ou do professor.

Assim, o trabalho encontra-se organizado em 4 capítulos. O primeiro é este que concluímos. O segundo aborda sobre a fundamentação teórica, ou seja, as categorias da pesquisa. O terceiro refere-se a metodologia empregada no estudo e o quarto capítulo refere-se a parte analítica da pesquisa. Por último, e não menos

importante, encontra-se as Considerações Finais onde tecemos uma síntese com intenção de ser globalizante no intuito de responder as questões e os objetivos da pesquisa, bem como apontando outros caminhos para a continuação da trajetória de investigações.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, TV ESCOLA E PROGRAMA “SALTO PARA O FUTURO”

Neste capítulo nos deteremos em apresentar as políticas públicas e sua contribuição para educação. Em seguida, nossa discussão será sobre a política da TV Escola, sua configuração e materialização tomando como objeto de estudo o Programa Salto para o Futuro. Por fim, visando dar sentido aos conceitos aqui tratados, abordaremos sobre a formação e prática de professores, em especial, a formação continuada no intuito de analisar como o programa Salto para o Futuro intervém na formação continuada de professores.

Utilizando a técnica de análise documental, apresentaremos: a estrutura da TV Escola; como foi concebido o projeto; quando foi concretizado; quais foram os atores sociais responsáveis pela criação e implantação do projeto nas escolas; quem aderiu ao projeto inicial; que tipos de políticas públicas incentivam e estimulam a criação de projetos como a TV; como o Ministério da Educação mantém a produção de conteúdo; quantas pessoas estão envolvidas no projeto; como o conteúdo do Programa Salto para o Futuro está estruturado; quem produz o material que fica armazenado no portal e como é realizado o monitoramento da mídia disponibilizada. O passo seguinte será explicar como a plataforma pode contribuir para a formação continuada de docentes.

Para situar o projeto da TV Escola na Educação Brasileira faz-se necessário levantamento prévio desta política pública aplicada ao incentivo e garantia da educação associada aos meios de comunicação. Por isso será apresentada uma linha do tempo com a evolução das políticas educacionais referentes ao tema em âmbito nacional. Finalizamos o capítulo com Formação continuada, uma categoria importante para a Linha de pesquisa “Profissão docente: currículo e avaliação” a que nos vinculamos no Programa de Pós-graduação em educação – PPGE/FE

2.1 Políticas Públicas

Em meados do século XIX, a nação brasileira dá início ao processo de independência. Para conscientizar a população no sentido de apoiar esse movimento, imposto pelo período pombalino, foram criadas em 1827, as escolas

de primeiras letras. As primeiras políticas públicas de educação tinham então como objetivo instruir a população para apoiar o movimento de independência. Quem frequentava as escolas de primeiras letras deveria saber ler, escrever e contar.

Com reconhecimento gradativo da importância da instituição escolar, foi-se lentamente substituindo-se a escola de primeiras letras pela instrução elementar, que se articula não apenas com a necessidade de generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma desigual, dos pobres na vida social (BASTOS; FARIA FILHO 1999, p. 138-139)

Até meados do século XX, a escola brasileira ainda possuía raízes tradicionais e métodos conservadores. Em outras partes do mundo, o espírito científico “surfava por outras ondas” e foi por estas diferenças conceituais que a escola brasileira passou a ser repensada.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi escrito em 1932 por intelectuais que, apesar de seguirem rumos ideológicos diferentes, se uniram em prol da reformulação da Educação Brasileira. O documento trouxe novidades para o setor educacional e culminou na Reforma da Educação. O Estado assumiria o plano da educação. A escola deveria ser laica, pública, obrigatória e gratuita. A Escola Nova¹ foi um movimento que tomou força.

A criação do Ministério da Educação e Saúde foi um dos primeiros atos do governo de Getúlio Vargas durante este período. O Manifesto de 32 apresenta pontos que são tratados na Constituição de 34 e trazem avanços para educação em relação à consolidação de políticas públicas.

As políticas públicas são as ações do governo que visam assegurar os direitos previstos na Constituição. Secchi (2012) define política pública como uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público. É importante destacar o objeto das políticas públicas que é o público. Elas podem ser parte de ações do Estado ou de ações do governo e podem ser propostas pelo próprio Estado ou por instituições privadas ou organismos da sociedade. Entende-se por Estado a estrutura, a nação organizada, ou seja, as instituições para o desenvolvimento dos projetos. Já o governo, é o grupo eleito ou escolhido para

¹ A Escola Nova surge como reação sistemática às tendências passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, afirmando ser função social da escola formar as pessoas conforme suas capacidades individuais. (SILVA, 2008, p. 32).

administrar o Estado por períodos determinados. Essas diferenciações são necessárias para se compreender como se estabelecem as políticas públicas nos atuais governos.

Do ponto de vista acadêmico, os primeiros estudos sobre políticas públicas surgem nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, entre o fim dos anos 50 e começo dos anos 60 no período pós-guerra. Até então, os estudos focavam no Estado e enxergavam as políticas públicas como desdobramentos das ações do Estado. Historicamente, é no período da guerra-fria que os governos passam a enxergar as políticas públicas como possíveis colaboradoras para estabelecimento e fortalecimento dos governos.

Souza (2006, p. 24) resume o trabalho de 4 autores e os aponta como pilares dos estudos de políticas públicas. Para estes autores os governos promovem ações que influenciam a vida dos cidadãos.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Continuando, a autora ainda aponta que decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2006)

Em 1965, Easton apud Souza (2006, p. 24) acrescenta aos estudos de políticas públicas o conceito de sistema. Trata-se de uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, “políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos”. Por *inputs* entende-se que sejam os estímulos emitidos pelos grupos de interesse citados.

Para Rua (2010), a definição de políticas públicas seria como de um resultado das atividades políticas, compreendendo o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. A autora faz distinção entre política pública e decisão política, explicando que a política pública requer ações estrategicamente selecionadas para que as decisões sejam implementadas. As

decisões políticas são as escolhas dentro de várias possibilidades. Apesar de haver relação entre decisões e políticas públicas nem sempre a decisão chega a ser uma política pública. Pode-se dizer que a decisão é a intenção e a política pública é a concretização da ação.

As políticas públicas existem para atender as demandas da sociedade. Souza (2006) alerta que o principal papel desenvolvido pelos estudos de políticas públicas é voltar a atenção para o foco do principal desenvolvedor das políticas: o governo.

As definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p.25)

A autora resume a política pública como o campo do conhecimento que coloca o governo em ação, analisa a ação e pode propor mudanças no rumo dessas ações. É durante esta fase que os governos colocam em prática o que foi formulado durante os processos eleitorais. “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p. 26).

A política pública é como uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público, como define Secchi (2012), pois vão além das ações governamentais já que podem ser apresentadas ou propostas por outros setores da sociedade e repercutem em diversos setores. Apesar de serem destinadas a temas específicos, as consequências podem atingir áreas que se relacionam. Por isso faz-se necessário um planejamento em conjunto para que as políticas não fracassem quando aplicadas sistematicamente. Souza (2006) aponta que a repercussão das políticas se dão na economia e nas sociedades e por este motivo os estudos de políticas públicas também devem explicar as inter-relações entre 4 setores: Estado, Política, Economia e Sociedade.

Neste sentido, Rua (2010, p. 1) nos alerta que as políticas públicas não são privadas ou apenas coletivas. “Isto significa que uma das características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”.

A autora resume que grande parte das atividades políticas dos governos são destinadas a tentativas de satisfazer demandas que lhe são dirigidas por atores políticos.

Antes de se iniciar uma análise em políticas públicas, é necessário definir quem são os envolvidos que demandam as políticas. Eles são definidos como atores políticos. Existem os atores públicos e os privados que se subdividem em grupos menores conforme o quadro 3:

Quadro 3. Quadro dos atores públicos citados neste estudo.
Fonte: Da autora

Atores Públicos	
Políticos	A posição resulta de mandatos eletivos. São os parlamentares, governadores, prefeitos e membros do governo eleitoral que foram eleitos.
Burocratas	São as pessoas que ocupam cargos que requerem conhecimentos específicos especializados. Não são eleitos, mas possuem clientelas eleitorais. Possuem projetos políticos pessoais ou organizacionais.
Atores Privados	
Empresários	Têm grande influência nas políticas públicas afetam a economia diretamente já que controlam a produção, demanda e oferta de empregos.
Trabalhadores	O poder só resulta da ação organizada, atuam por intermédio dos sindicatos. Podem estar ligados à grupos como Igrejas e Ong's. Dependendo do setor dispõem de maior ou menor pressão.
Servidores Públicos- Professores	Em países de economia estatizada podem chegar a parar o país. No Brasil estão diretamente ligados a centrais sindicais.
Agentes Internacionais	Podem ser agentes financiadores como Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial. Organizações ou governos que influenciam a economia e a política interna de países que mantém relações.
Mídia	Formadores de opinião que possuem capacidade de mobilizar a ação de outros atores. A televisão tem papel de destaque, juntamente com imprensa eletrônica e mídia impressa.

Deste modo, Rua (2010) acrescenta que os próprios agentes do sistema político também formulam políticas públicas, mas para isso articulam apoios necessários. Classifica as demandas em 3 tipos:

- a) Demandas novas – oriundas de novos atores políticos ou novos problemas. Novos atores são pessoas que já existiam, mas não apareciam para demandar o governo. Novos problemas são problemas que não existiam e passaram a fazer parte das preocupações.
- b) Demandas recorrentes – expressam problemas que já existem e não foram resolvidos. Sempre voltam a aparecer nos debates políticos.
- c) Demandas reprimidas – envolvem as questões que existem, mas não fazem parte das discussões e envolvem não-decisões. Por não decisões entende-se que são temas que ameaçam certos interesses e por isso não fazem parte dos debates.

Na literatura encontram-se alguns esquemas de análise em políticas públicas. O processo de formulação de uma política pública compreende várias fases. Secchi (2012) relata que o processo de formulação também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Para o autor, é um esquema de visualização e interpretação que organiza uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. O quadro 4 caracteriza cada fase proposta pelo autor.

Quadro 4-Ciclo políticas Públicas - Fonte: Da autora.

Ciclo Políticas Públicas	
Identificação do Problema	É a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.
Formação da agenda	Conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes
Formulação das alternativas	Estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução. Nesta etapa são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações para alcançar os objetivos estabelecidos.
Tomada de decisão	Sucedem a formulação de alternativas. Momento em que os interesses dos atores são equacionados
Implementação	Antece a avaliação. Neste momento são produzidos os resultados concretos da política pública.
Avaliação	Fase de julgamentos sobre a validade de propostas para ação pública, avalia sucesso ou falha de projetos
Extinção	Fim da política pública, encerramento do ciclo. Problema pode ter sido resolvido, os programas podem ter sido vistos como ineficazes ou o problema perdeu a importância e saiu das agendas.

Como se percebe, os processos das políticas públicas se constituem em elementos orientadores para a sua materialização. Para sintetizar o ciclo das figuras públicas, a figura 2 condensa de forma visual os conceitos debatidos.

Figura 1. Ciclo de Políticas Públicas – conceitos.



Fonte: Da autora

Este ciclo de Políticas Públicas delimita a sua mobilidade e importância no sentido de se entender como se concretizam. Em síntese, não são ações/planos/projetos de fácil resolução tendo em vista a sua complexidade.

2.2 Políticas Públicas e Educação

A formulação das políticas públicas constitui-se de programas e ações, metas, objetivos e estratégias que são capazes de transformar a realidade das sociedades. Podem ser voltadas para públicos específicos ou ter amplitudes maiores que atingem a sociedade de forma mais abrangente.

Do ponto de vista brasileiro, Frey (2000) alerta que os estudos sobre políticas públicas são recentes no Brasil e que os métodos devem sofrer adaptações visto que os conceitos e os formatos para análises se deram em países com democracias estabelecidas.

Até a década de 80, o Estado Brasileiro vivia um cenário político marcado por períodos com ausência democrática. Desde a década de 50, o país mergulhou em atividades desenvolvimentistas em prol de seu crescimento. De agrícola na

década de 20, o Brasil se transformou em um país com a indústria em desenvolvimento. Em pleno desenvolvimento, as políticas públicas foram se constituindo em favor da promoção da economia. Sendo assim, até a década de 70, o país tornou-se um Estado Desenvolvimentista, que, no dizer de Perinossoto (2014, p. 64), significa:

[...] é, como um tipo ideal, aquele em que uma elite política orientada por ideais desenvolvimentistas e incentivada por um contexto internacional ameaçador é capaz de forjar uma aliança política de modo a sustentar um processo de construção institucional e de formação de uma burocracia econômica que seja, ao mesmo tempo, suficientemente coesa, socialmente inserida, com autonomia e capacidade para formular e implementar uma política de industrialização que redefina, no longo prazo, a estrutura econômica de um país.

Estudos da área apontam que antes da abertura democrática, o país ensaia alguns passos para a promoção do Estado Brasileiro com foco no Bem-Estar Social. O modelo coloca o Estado como organizador não apenas da economia, mas também da política. O próprio Estado encarrega-se da promoção e do desenvolvimento social. No Brasil as tentativas de efetivação do sistema durante a década de 80 fracassam por possuírem caráter assistencialista.

É a partir da consolidação da Constituição de 1988 que as políticas públicas ganham mais destaque no campo da promoção dos direitos sociais se aproximando mais do Estado de Bem-Estar Social. A Constituição Federal que também é conhecida como Constituição Cidadã, consolidou diversos direitos e estabeleceu regras e deveres dos cidadãos brasileiros. Em vários artigos prevê a participação do cidadão e estabelece critérios e dispositivos para implantação, efetivação e controle das políticas públicas.

Já que educação é um direito garantido e previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), as políticas públicas da educação também sofrem o mesmo processo de controle, efetivação e participação popular. Para UNESCO (2007), levar em conta a educação como direito humano e bem público permite às pessoas exercerem outros direitos humanos. Nos primeiros artigos da Carta magna são estabelecidos os direitos sociais no Brasil:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ainda de acordo com Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 22, destaca-se que compete à União, de forma privativa, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Mais à frente traz em seu texto o artigo 205 que garante a universalidade do direito à Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dentro deste cenário, as políticas públicas de Educação são determinadas e implementadas pelo Ministério da Educação cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o acesso universal e gratuito à educação no país.

Para Gatti (2011), a forma como o governo tem trabalhado a educação é bem mais inclusiva do que em períodos anteriores, quando bens públicos e sociais não incluíam de forma clara nos projetos do Estado. A autora cita Tedesco (2010) e lembra que a finalidade para a qual o governo trabalha na atualidade está voltada para a construção de uma sociedade mais justa. A partir dos anos 80, o trabalho na área educacional se definia dentro de projetos de construção do Estado enquanto nação.

Boa parte dessa inclusão teve as portas abertas pela Constituição de 1988 que passou a defender a descentralização do poder e a divisão das responsabilidades em relação à Educação com Estados e Municípios para definir os papéis de cada esfera federativa. O texto encontra-se no Capítulo III (Seção I, da Educação) da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

À União cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.

As políticas públicas são determinadas pelo Governo Federal, mas cada esfera do poder tem suas responsabilidades pré-estabelecidas. A divisão das

reponsabilidades garante mais efetividade na implantação das políticas. Além da transparência em relação ao processo, pode facilitar o processo de controle pela sociedade como defendem André, Gatti e Sá (2011, p. 38):

O direito à educação como direito humano é ademais, qualificado como direito à educação de qualidade para todos. A qualidade social da educação é advogada para as políticas educativas como um conceito associado às exigências de participação, democratização e inclusão, bem como à superação das desigualdades e das injustiças.

Vê-se que as políticas públicas de educação são reflexos do que reza a Constituição Federal no que concerne à educação. Outra característica que marca estas políticas é caráter colaborativo que se exige dos entes federativos (Estados e Municípios) no que concerne ao seu desenvolvimento.

2.3 Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE) é documento que traz referências para toda política educacional brasileira. Estabelece normas e critérios para todos os níveis de governo – municipal, estadual e federal. Traz um diagnóstico da educação no país e a partir destes levantamentos apresenta os princípios e as diretrizes da educação. Além de estabelecer as metas e as estratégias para enfrentar os problemas que a educação apresenta.

É na Constituição de 1934 que o PNE aparece como referência pela primeira vez na história do país. Inspirado no Manifesto de 1932 e com bases nas ideias da Escola Nova, foi o documento que sintetizou as ideias do movimento. Sem embasamento estatístico ou um estudo que justificasse as necessidades do país acabou sendo elaborado pela primeira vez com quase 30 anos de atraso (SAVIANI, 1998).

O primeiro Plano Nacional de Educação foi elaborado pelo Conselho Nacional de Educação de acordo com as normas estabelecidas pela LDB de 1961. Saviani (1998, p.78) afirma que “na primeira parte do referido plano, o documento procurou traçar as metas para um Plano Nacional de Educação e, numa segunda parte, estabelecer normas para aplicação dos recursos”.

O segundo Plano Nacional de Educação tem como base a Constituição de 1988. Foi elaborado depois de várias consultas populares e sancionado em 2001. A Lei 10.172/01 apresenta um diagnóstico da educação no Brasil e estabelece as diretrizes e metas que deveriam ser cumpridas por 10 anos. Para tanto, determina aos Estados e Municípios e ao Distrito Federal a obrigatoriedade de elaborarem planos decenais. A Constituição de 1988 e a LDB não estabelecem essa obrigatoriedade.

Após expirada a validade do Plano Nacional de Educação do decênio 2001 - 2011 foi aprovado o atual PNE com atraso de quase 3 anos. A lei ordinária está prevista no artigo 214 da Constituição Federal. A emenda Constitucional 59/2009 mudou a condição do PNE que deixou de ser uma disposição transitória da LDB e passou a ser uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado articulador do Sistema Nacional de Educação com previsão orçamentária prevista como percentual do Produto Interno Bruto para o seu financiamento (MEC, 2017). O Plano tem vigência até 2024. No documento, foram estabelecidas 20 metas e está dividido em 4 grupos:

- a) O primeiro grupo traz metas que são voltadas para a questão estruturante e têm como objetivo principal assegurar o direito à educação básica promovendo o acesso e a universalização do ensino obrigatório.
- b) O segundo grupo pretende diminuir as desigualdades valorizando a diversidade.
- c) O terceiro grupo incide sobre a valorização do profissional da educação, considerada estratégica para que as outras metas sejam atingidas.
- d) O quarto grupo refere-se ao ensino superior.

A lei apresenta 254 estratégias relacionadas a 20 metas e 14 artigos que definem ações a serem realizadas em todo território brasileiro. As metas expressas no PNE trazem conteúdos que visam diminuir as barreiras para o acesso e permanência no ensino, devem enfrentar as desigualdades e promover o respeito aos direitos humanos. De acordo com o documento, cabe ao Ministério da Educação executar o PNE, monitorar continuamente o cumprimento das metas e passar por avaliações periódicas. Além de avaliar, o MEC e o Conselho Nacional

de Educação devem analisar e propor políticas públicas que assegurem a implementação e o cumprimento das metas.

Diante desta fundamentação nas políticas públicas de educação, em que circunstâncias a TV Escola encontra-se incluída nas metas? Das 20 metas estabelecidas, o trabalho da TV Escola pode ser aplicado de forma direta em 5 delas:

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 anos – desenvolver tecnologias pedagógicas que de forma articulada combinem a organização do tempo entre a escola e o ambiente comunitário (subitem 2.6).

Meta 3 – Universalizar o ensino médio – incentivo de abordagens interdisciplinares. Teoria e Prática (subitem 3.1).

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, até o final do terceiro ano do ensino fundamental – selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças (subitem 5.3).

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica – incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para educação infantil, ensino fundamental e médio. Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem assegurada a diversidade de métodos (subitem 7.12).

Meta 14 - Elevar gradualmente as matrículas na pós-graduação – expandir a oferta utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância (subitem 14.4).

Diante destas cinco metas e submetas localizamos o papel da TV Escola como ferramenta educativa.

2.3.1 Meta 16 – da formação continuada de professores

Como o foco neste estudo é compreender a colaboração do Programa Salto para o Futuro como ferramenta para formação continuada de professores cabe incluir nesta lista e dar destaque as informações disponibilizadas na análise da meta específica para formação docente, a meta 16.

A formação continuada de docentes é abordada no Plano Nacional da Educação e vem sendo acompanhada pela meta 16. A meta 16 tem como objetivo formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica. O

prazo é o último ano de vigência do Plano, o que corresponde ao ano de 2023. Atualmente apenas 34,6% dos professores da Educação Básica possuem pós-graduação, como apresenta o gráfico 1.

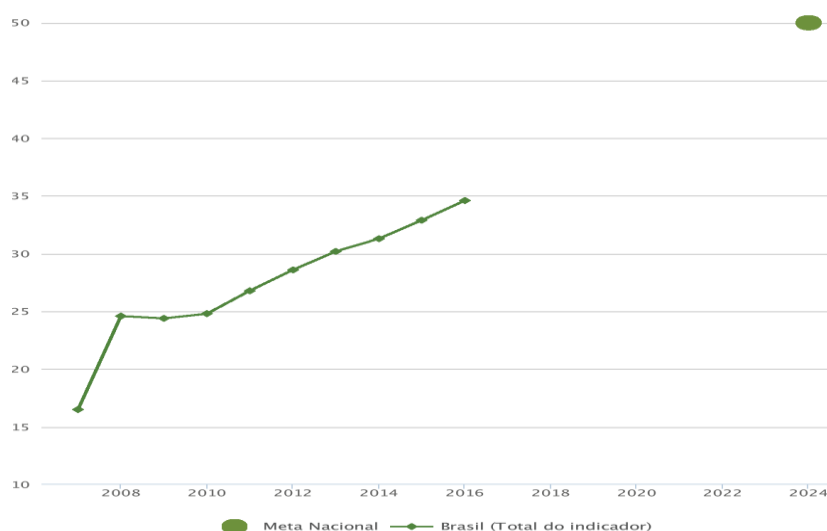
Gráfico 1. Formação continuada de Professores



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

O gráfico 2 a seguir mostra a evolução desde 2008 até 2016. Percebe-se um aumento gradual na quantidade de professores que realizaram cursos de pós-graduação desde 2009. Em 2014, o número absoluto de professores com pós-graduação chegou a 701.164. Pelo gráfico 2, é possível perceber que o indicador avançou em 5 anos 6,9 pontos. Podemos considerar como um ritmo insuficiente para o cumprimento da meta estabelecida. Se continuarmos crescendo no mesmo ritmo, a meta de 50% não será alcançada até 2023, como foi estabelecido.

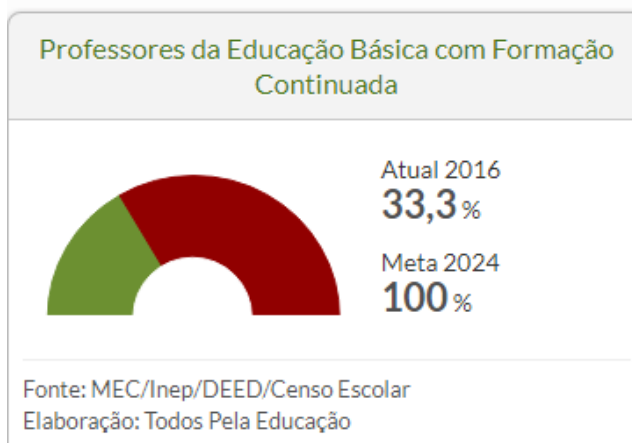
Gráfico 2. Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação



Fonte: MEC/ INEP/ DEED/ CENSO ESCOLAR ELABORAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Em relação à formação continuada, a meta pretende alcançar um número maior, atingindo 100% dos docentes, conforme podemos verificar no gráfico 3.

Gráfico 3- Professores da Educação Básica com Formação Continuada



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

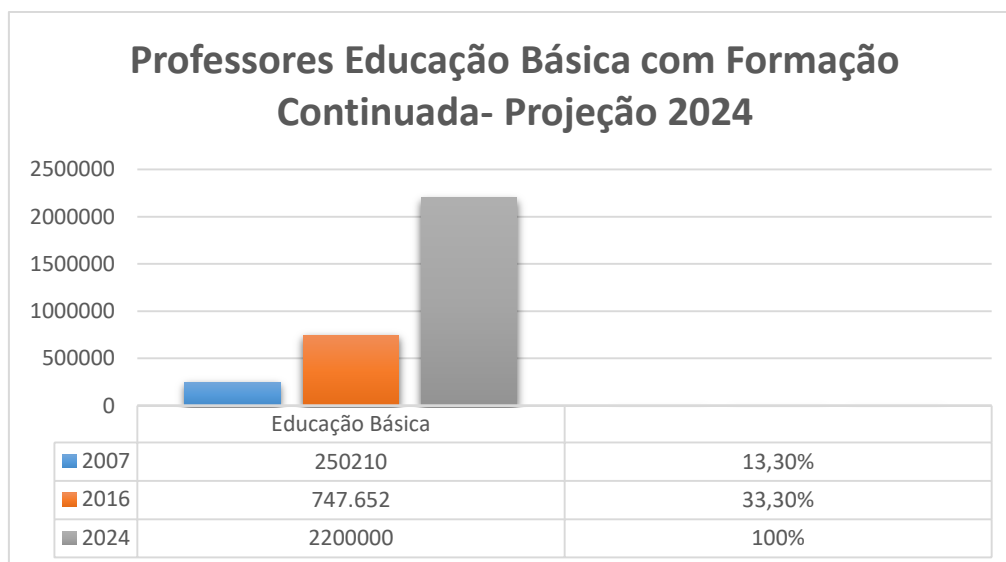
Para tanto, cinco estratégias são apresentadas para que a meta seja alcançada. São elas:

- a) Planejamento estratégico – que deve ser realizado de forma colaborativa Pela União, Estados e Municípios. A intenção é dimensionar a demanda e fomentar a oferta de vagas de maneira orgânica e articulada.
- b) Política Nacional Formação professores – consolidação da política, definição das diretrizes nacionais e certificação das instituições que podem contribuir.
- c) Acervo de obras – expansão do programa de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literatura, dicionários e programas específicos de acesso a bens culturais
- d) Portal do professor – ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação do professor de ensino básico
- e) Bolsa de Estudos – ampliação da oferta de bolsas de estudos para pós-graduação
- f) Plano Nacional Livro e Leitura – fortalece a formação de professores com disponibilização de recursos para cesso a bens culturais.

No entanto, assim como é possível verificar no gráfico 4, a meta de 100% dos professores com formação continuada parece inalcançável se os programas

continuarem oferecendo a mesma quantidade de vagas e o mesmo tipo de formação continuada para docentes no Brasil. Em 8 anos houve um crescimento de 14%. Se as projeções continuarem nas mesmas proporções, a meta não será alcançada dentro do prazo estabelecido no PNE.

Gráfico 4- Professores Educação Básica- Projeção



Fonte: da autora

De acordo com o PNE, a deficiência na formação inicial é apontada como um dos entraves na melhoria da qualidade da educação no Brasil.

2.4 A TV Escola

A TV Escola, um canal voltado para o mundo da Educação, é definida pelo Ministério da Educação como uma política pública e tem como finalidade melhorar a qualidade do ensino no Brasil subsidiando o trabalho realizado em escolas. Auxiliar o desenvolvimento profissional de professores, gestores e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem são os principais objetivos da emissora educativa. Sua criação ocorreu na década de 90, pouco tempo depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. Em testes desde setembro de 1995, o canal passou a operar definitivamente em março de 1996.

O canal pertence ao Ministério da Educação e tem a Fundação Roquete Pinto como principal produtora de conteúdo com sede no Rio de Janeiro. De acordo com informações disponibilizadas no portal da TV Escola na internet, não se trata de um canal para divulgação das ações e políticas públicas do Ministério da

Educação. É considerada desde a criação em 1996, uma política pública para fomentar a educação no país com auxílio e suporte da tecnologia.

O planejamento estratégico do Ministério da Educação para o período de 1995 a 1998 deu origem ao programa. O documento apresentou uma série de ações que visavam democratizar a Educação Básica e pretendiam elevar a qualidade da educação no Brasil. Entre as ações, estava o estabelecimento de parâmetros curriculares e criação de incentivos que teriam como principal alvo a busca permanente por novas ideias e formas de gestão escolar com o objetivo de incorporar o uso de tecnologias e maneiras diferentes para se organizar a escola. Há no documento ênfase para utilização e a disseminação de modernas tecnologias educacionais.

Neste período, como citado anteriormente, o país passa por uma série de transformações e vigora a lógica neoliberal. Em relação à educação, configuram-se mudanças significativas no panorama educacional brasileiro. Coutinho (2003) aponta o estabelecimento de um currículo hegemônico como forma de dominação da nova ordem liberal. As medidas políticos-administrativas tiram do Estado a responsabilidade dos serviços sociais, e as escolas estão incluídas dentro deste contexto. Por este motivo, a criação da TV Escola é apresentada como uma forma de uniformizar o currículo.

De certa forma, é o currículo nacional que está no ar, gerado de um ponto de país, com a utilização da linguagem audiovisual- criada a partir do ponto de vista único- fazendo uso de um tipo de tecnologia que pode vir a ter profundas repercussões, não só em relação ao conteúdo que é veiculado, mas igualmente nas condições de trabalho dos professores (COUTINHO, 2003, p. 84).

Na década de 90, o uso de imagens dominava o mercado tecnológico e aparecia como um dos principais recursos da comunicação. Por utilizar essencialmente as imagens, a televisão despontava como meio com maior influência quando comparada ao cinema e ao vídeo. Os computadores ainda não se apresentavam tão relevantes como são na atualidade. Por isso a justificativa de um canal educativo com exibição da programação pela televisão tomou força e acabou sendo implementado como uma política pública do governo.

No entanto, a TV, enquanto meio escolhido pelo governo, para capacitar professores, apresenta algumas contradições. Na TV, realidade e ficção se mesclam e podem apresentar recortes do mundo. Coutinho (2003) alerta para os

dois lados que existem na televisão: o lado esclarecedor e o lado obscuro. Se por um lado a televisão é capaz de apresentar a realidade, com o esclarecimento de fatos e a divulgação de informações, por outro, ela pode não revelar o que de fato deveria ser apresentado. A escolha e a seleção de certos temas podem confundir ou promover confusões para os telespectadores. Para a autora, a televisão pode ser considerada um instrumento de dominação.

O planejamento estratégico do Ministério da Educação (1995-1998) definia implantação de um canal de tv, via satélite, voltado exclusivamente para o atendimento à escola, com 100% da programação dedicada à melhoria da qualidade do ensino, como uma tarefa de longo prazo. A mobilização da sociedade para que todas as escolas fossem capazes de receber os programas também foi considerada de longo prazo.

Dentro deste contexto, a criação da TV Escola apresenta uma lógica neoliberal usada para atender ao novo mercado que surgia. Com foco na produtividade e na apresentação de resultados, o novo meio pedagógico é apresentado. Coutinho (2003) vê a criação da TV Escola como uma forma de superar as lacunas da educação brasileira. A maior preocupação é estabelecer um padrão ou uma certa forma de equidade na transmissão dos conhecimentos pré-selecionados por um grupo definido.

Como boa parte das escolas no país não tinha acesso aos novos recursos visuais antes de começar a exibir a programação, foi necessário montar uma estrutura para que as escolas pudessem utilizar o conteúdo disponibilizado pela emissora. A preparação de uma infraestrutura básica fez parte do planejamento de montagem da TV Escola. Foram distribuídos televisores, videocassetes e antenas parabólicas para 57.935 escolas públicas, localizadas em cidades dos 27 estados brasileiros. De acordo com dados informados pelo Ministério da Educação, 5.206 municípios conseguiriam ter acesso ao conteúdo da TV pública do MEC no fim da década de 90.

A emissora foi criada e se apresenta como uma possibilidade para formação continuada de professores. Oferece acesso a vídeos que têm caráter educativo e podem enriquecer e apoiar as atividades em sala de aula. Nos primeiros anos de funcionamento, o financiamento advinha, exclusivamente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Por isso toda a programação era destinada ao Ensino Fundamental. A partir de 1999, depois de uma parceria com a

secretaria responsável pelo Ensino Médio no país, parte da produção passou a ser financiada e voltada para os estudantes do ensino médio. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da TV Escola (MEC, 1996), a emissora tem como proposta pedagógica:

a) Uso da tecnologia a serviço da educação – os investimentos não se esgotam na aquisição dos equipamentos, mas estendem-se à capacitação, produção de materiais de apoio e outras atividades que auxiliem o domínio crítico e criativo de novas linguagens e tecnologias;

b) Autonomia dos parceiros – ofertando programas, que embora transmitidos de um ponto central, permitam a liberdade na forma de apropriação, de maneira a harmonizar parâmetros e diretrizes nacionais com a diversidade e o pluralismo de ideias, políticas, estratégias e projetos pedagógicos dos sistemas e das escolas;

c) Integração entre parceiros – visando a otimização dos recursos públicos;

d) Convergência e integração de diferentes tecnologias e linguagens para facilitar a interdisciplinaridade e tornar a sala de aula mais dinâmica;

e) Formação do leitor crítico e criativo capaz de evitar a manipulação pela mídia.

O Plano de Educação, aprovado em 2001 (BRASIL, 2001) trazia em seu texto as diretrizes para Educação à Distância incluindo a TV Escola a partir do seguinte conceito:

[...] ampliar o conceito de educação a distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, seja por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia.

As diretrizes previam também que este tipo de tecnologia constituía um potencial instrumento para o enriquecimento curricular e melhoria da qualidade do ensino presencial. E deixava claro que a televisão, o vídeo, o rádio e o computador deveriam ser vistos como instrumentos pedagógicos auxiliares. Não devendo substituir a interação e as relações de comunicação entre o professor e os estudantes.

Foi dentro deste cenário que surgiu a TV Escola. Nos primeiros anos de funcionamento, com a troca de governo no ano de 2003 (FHC para o Governo Lula), o projeto teve continuidade caracterizando-se como uma política de Estado. A modernização do sinal da TV Escola e o uso das tecnologias de Informação e Comunicação na Educação passaram a ser inseridos dentro do Programa do novo Governo, “Brasil Escolarizado”. A distribuição de *kit's* e manutenção dos equipamentos para uso e acesso ao conteúdo da TV Escola foram ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Informática na Escola – Proinfo (FNDE, 2005).

Com ênfase na formação continuada de professores o Ministério da Educação também usa a TV Escola como metodologia para formação continuada de professores e trabalhadores da educação. Por isso, inclui, como curso de extensão universitária à distância a capacitação de professores de todo Brasil com foco na utilização dos recursos tecnológicos e do conteúdo da TV Escola como ferramenta de auxílio pedagógico.

De 1996 até 2006, a programação da TV Escola tinha a duração de 12 horas por dia. Desde 2006 a transmissão foi ampliada de 12 para 24 horas. Documentários e séries estrangeiras foram incluídas na grade de programação que contemplaram as áreas temáticas específicas.

Em setembro de 2016, o Ministério da Educação (MEC) e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) celebraram contrato para dar continuidade à implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação até dezembro de 2019. O contrato estabelece que desde os processos de produção à distribuição dos conteúdos educativos devem ter diversos formatos e ser acessíveis em diversas plataformas dando destaque ao meio televisão e à internet.

É possível perceber a preocupação do Ministério em distribuir o conteúdo produzido anteriormente exclusivamente para TV em outros meios digitais e garantir o acesso em múltiplas plataformas. Por isso, são desenvolvidos aplicativos com o intuito de distribuir a programação para *tablets e smartphones*. Além de apoiar e induzir a criação de conteúdos educativos e tecnologias educacionais, a TV Escola tem como objetivo auxiliar o atendimento das metas previstas no PNE.

Coutinho (2003) aponta a educação desenvolvida com a incorporação de novas tecnologias como uma forma de se atingir cada vez mais pessoas. Para a

autora, ao usar os meios de comunicação como suporte, a educação, pode passar a assumir a condição de reprodutora de conteúdo. Em nome da democratização e da igualdade de oportunidade, pode estar em curso um amplo programa de massificação e homogeneização da informação, nada democrático e nada equalizador.

Atualmente, a programação da TV Escola encontra-se disponível via parabólica, por satélite, nos pacotes básicos das principais operadoras de TVs por assinatura, em *streaming* e vídeo sob demanda pelo seu Portal na *web* e por meio de aplicativos para TVs conectadas e dispositivos móveis. O sinal aberto da emissora foi disponibilizado desde dezembro de 2015 para transmissão digital.

Professores, coordenadores e gestores escolares, além de alunos da Pré-escola ao Ensino Médio da Rede Pública são considerados o principal público da TV Escola. O canal também procura atender às demandas dos pais preocupados com a educação de seus filhos e de todos aqueles interessados em aprender.

O conteúdo abordado na programação é produzido por professores, pedagogos, especialistas nas áreas do conhecimento. A principal intenção é fazer com que o conteúdo dialogue com as diretrizes curriculares da Educação Básica, estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases. A propriedade intelectual dos materiais produzidos pertence ao Ministério da Educação e os nomes dos programas e os conteúdos podem ser utilizados a qualquer tempo pelo governo.

2.5 Salto para o Futuro

O Salto para o Futuro é um programa produzido e transmitido pela TV Escola. Para nós, é um rico material pois trata-se do objeto de análise desta pesquisa. Sendo assim, neste item será melhor detalhado.

Há 26 anos no ar, o programa Salto para o Futuro informa e debate sobre os principais assuntos relacionados à educação brasileira. Toda semana, Bárbara Pereira e Murilo Ribeiro² recebem especialistas e personalidades que discutem experiências bem-sucedidas e iniciativas inovadoras na área da educação, além dos assuntos que afetam toda a sociedade e que, assim, têm impactos diretos no cotidiano das escolas.

² Apresentadores do Programa Salto para o Futuro.

Mas o envolvimento com a educação brasileira não vem de hoje. O Salto para o Futuro é o programa mais antigo da TV Escola. Na verdade, ele estreou antes mesmo do Canal da Educação, em 1991, na antiga TV Educativa do Rio de Janeiro. Na época, recebeu o nome de “Jornal da Educação” e foi considerado uma experiência piloto destinada para professores e exibida em horário nobre, na TV aberta. Em 1992, o programa passou a se chamar “Um Salto para o Futuro”, e, numa época pré-redes sociais, num tempo em que o e-mail ainda parecia um sonho distante, chamou a atenção por investir na interatividade com os telespectadores desde suas primeiras edições.

Em 1996, rebatizado como “Salto para o Futuro”, o programa passou a ser exibido pela TV Escola, canal lançado pelo Ministério da Educação. Ano após ano, este programa reforçou o compromisso de acompanhar as experiências bem-sucedidas no campo da educação pública em todo o país. Por meio de debates e reportagens, o “Salto para o Futuro” passou a ser um importante canal de diálogo sobre o que acontecia de mais significativo nas escolas brasileiras.

Em duas décadas e meia no ar, “Salto para o Futuro” já teve diferentes formatos. Dos debates em estúdio às inúmeras reportagens gravadas nos quatro cantos do Brasil, de Norte a Sul do país. De acordo com as informações disponibilizadas pelo programa na sua página na internet, apesar das constantes atualizações e transformações, o que nunca mudou foi o compromisso de retratar a educação brasileira; oferecendo ao público informações, análises e reflexões sobre o dia-a-dia de alunos e professores, além do permanente acompanhamento e das discussões sobre as políticas públicas da área.

Portanto, este capítulo, como afirmado no início, visou abordar sobre políticas públicas no campo da educação, em especial àquelas que se referem a formação de educadores pela via do “Salto para o Futuro”. A seguir abordaremos a categoria formação de professores que será tratada em um capítulo à parte.

3 O PAPEL DA TV E DA INDUSTRIA CULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As inovações vivenciadas pelos docentes na atual sociedade levam a mudanças estruturais no campo da educação. No atual sistema globalizado e encadeado em redes, o perfil de quem aprende é modificado constantemente. O docente que está inserido neste contexto precisa se adaptar aos novos tempos porque também está em constante mudança. As atuais relações interligadas em redes e conectadas via internet e computadores influenciam todas as outras relações da sociedade. Seja por intermédio da tecnologia ou de maneira presencial, o docente do século XXI é um profissional em mudança constante.

As inovações no processo educacional e as mudanças estruturais são processos de longo prazo, que de forma gradativa e lenta não substituem totalmente o atual modelo consolidado. Elas se justapõem ao processo. Lecionar na atualidade exige uma série de competências e saberes dos docentes. Essas características são construídas e transformadas durante toda a vida de um professor.

Não se espera que um profissional da educação saia completamente preparado de sua formação inicial (graduação), pronto para ensinar e que não seja preciso se atualizar, o que denominamos daqui por diante de formação continuada. As constantes mudanças na sociedade na Era da Informação exigem atualizações sistemáticas e constantes em qualquer área de atuação, incluindo-se o campo educacional.

É notável, porém, que nem sempre a formação continuada é bem compreendida pelos educadores. Mas diante das mudanças na sociedade, é importante discutir qual é o papel que o professor ocupa na atualidade. É um mestre que domina os conceitos e tem a função de repassá-los ou trata-se de um mediador que aprende constantemente e conduz seus alunos ao aprendizado?

Esse professor que atua como mediador enfrenta desafios e necessita refletir sobre o seu papel no mundo. Nos últimos 20 anos, as iniciativas governamentais tentam ocupar o espaço que deveria ter sido preenchido durante a formação inicial. São programas privados ou públicos que oferecem formação continuada e recebem o nome de formação continuada ou complementar.

Os estudos sobre o tema trazem novas leituras sobre a formação de professores trazendo, também, novos dilemas que levam a resultados e reflexões mais profundas sobre o desenvolvimento profissional dos docentes. Com desenvolvimento das novas pesquisas no campo da educação, surgem alternativas, ideais, contribuições e possibilidades que passam a ser implementadas no meio profissional extrapolando o espaço da academia e reconhecidas por profissionais que avaliam o quanto podem contribuir com suas práticas.

Podemos incluir aqui os termos educação permanente e desenvolvimento profissional docente. A educação permanente tem origens na pesquisa norte-americana e trata o processo de formação de maneira contínua, não o limitando aos espaços escolares. O docente aprende em todos os lugares e a todo tempo, por isso é importante valorizar as experiências que vão além das salas de aula. Conceito este desenvolvido também nas teorias que denominam o termo desenvolvimento profissional. Os dois conceitos abordam a formação do professor de maneira estendida, um espiral que nunca se encerra e está em constante aprimoramento, como destaca Dantas (2007).

Por isso acreditamos ser importante discutirmos neste capítulo, o perfil do atual docente do ensino brasileiro, o papel que o processo de formação exerce, seja ele inicial ou de forma continuada e como os meios de comunicação atuam neste contexto. Antes de iniciar esta discussão, vemos a necessidade de situar historicamente o preparo do professor na sociedade brasileira.

Levando-se em conta o lado histórico, Comenius inicia as discussões sobre a necessidade da formação de professores. No século XVII, o primeiro estabelecimento de ensino que tinha como objetivo a formação dos profissionais que se dedicavam a ensinar, ganha forma com La Salle. No continente Europeu a discussão sobre a formação de professores e a criação das primeiras escolas, as chamadas Escolas Normais, ocorrem em meio à Revolução Francesa. No Brasil, é apenas depois da Independência que as primeiras preocupações sobre a formação de docentes começam a eclodir. Até então prevalecia a premissa do aprender fazendo.

O Brasil, neste contexto, é um jovem senhor quando comparado a outros países que se constituíram como nações há mais tempo. Durante mais de 300 anos, o país seguiu o que foi determinado pela Colônia. Portugal apresentava de

forma impositiva as regras e ditava o caminho a ser seguido no campo educacional. O que já havia sido testado na Europa era aplicado no Brasil de forma pontual. Não se levavam em conta as características do povo brasileiro e nem se pensava em um sistema padronizado e acessível para todos. As regionalidades e a forma de aprender eram praticamente desconsideradas.

Silva (2008) aponta a instrução popular como um dos desencadeadores das primeiras intenções em se formar docentes no país. É durante o movimento pela independência que se enxerga a instrução popular como um caminho para que a população apoie o movimento. Neste período são criadas as escolas de primeiras letras, que tinham como principal objetivo instruir a população para apoiar o movimento de independência. O Estado institui a escola laica e pública como objeto de manipulação ideológica. Nossas primeiras escolas surgem em meio a interesses políticos que permeiam até a atualidade.

Mas também, é neste período, que a formação do profissional que vai ensinar começa a ser discutida. A falta de preparo dos docentes é apontada como um dos motivos para o fracasso da substituição do ensino individual pelo coletivo. É neste contexto que o método intuitivo ganha força e o professor passa a ser enxergado como um agente de propulsão.

Até meados do século XX, a escola brasileira ainda trazia raízes fincadas em modelos tradicionais e métodos conservadores. A Escola Nova traz na década de 20 discussões sobre novas alternativas e possibilidades em contrapartida ao modelo convencional. O professor passa a ser visto como mediador que auxilia e ajuda o aluno a aprender.

Diante das instabilidades políticas, o papel do professor que havia sido destacado na Escola Nova é modificado com a Reforma Educacional instituída em 1971. De forma mais geral, a reforma tecnicista se baseia na transmissão de conhecimentos. O professor, que antes era apontado como mediador, passa a ser um transmissor de conceitos. Com ajuda dos recursos disponíveis, giz e quadro-negro voltam ao centro das referências e são os principais auxiliares dos docentes. O docente é o responsável pela aula expositiva que segue um currículo de abrangência nacional voltado para a especialização técnica. É a uniformização do modelo de ensinar.

Ainda no início da década de 1970 surgem alguns embates deixados pela colonização. O docente que o sistema exigia era um docente prático, com técnicas

capazes de transmitir o que os currículos determinavam. O professor preparado até então, era um professor que tinha saberes científicos, que exercia a profissão por vocação profissional e de que maneira geral possuía uma cultura ampla que o permitia dar aulas e ensinar. Ser professor era sinal de Status. O professor era o mestre que dominava diversas áreas do conhecimento.

Com a Reforma de 71, o mercado passou a exigir mais deste profissional. O bom professor seria o capaz de transmitir seus conhecimentos a um número cada vez maior de alunos. O desenvolvimento do país exigia profissionais cada vez mais técnicos. Parente (2015) esclarece que o espaço para criatividade e a inovação no ensino praticamente não existiam.

Como o Brasil necessitava de professores técnicos, os incentivos foram destinados a licenciaturas mais curtas. Desta forma, os professores que iriam ensinar eram formados de maneira mais rápida. Mais rápidos também eram os recursos oferecidos para o ensino, de forma massificada, esse professor de licenciatura curta conseguia ensinar mais a mais alunos.

É desta modificação de como se enxerga o professor e qual o papel que ele ocupa que nascem os programas governamentais e as políticas para requalificação dos docentes brasileiros. Programas de “reciclagem”, atualização e cursos com objetivo de treinamento eclodem de maneira sistemática por todo país.

Devido a dificuldades enfrentadas pelos professores, que eram cada vez mais exigidos e não encontravam no ambiente escolar recursos para praticar o que haviam aprendido nos cursos de treinamento, o sistema instituído pela reforma tecnicista começa a entrar em colapso.

Mesmo apresentando problemas, esse sistema educacional deixou marcas que até hoje podem ser constatadas. Com a demanda crescente por profissionais especializados, as formações mais curtas colocam no mercado professores que não estão totalmente constituídos e com salários menores. Para aumentar a renda, muitos professores passam a exercer cargas exaustivas, dando aulas em duas ou três escolas diferentes. Como o tempo para o planejamento das aulas e tempo gasto para correção das provas e atividades não eram considerados como trabalho remunerado, a formação complementar ou continuada era deixada em segundo plano.

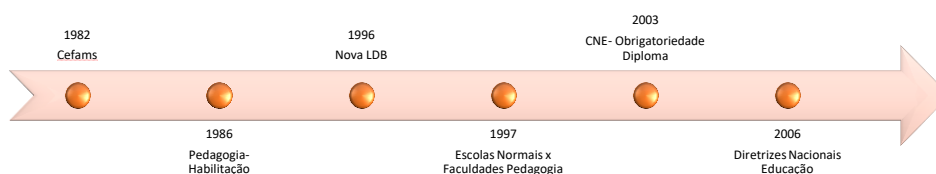
Durante o processo de redemocratização do Brasil, os professores voltam a ser incluídos no centro das discussões sobre o papel que devem ocupar e como

devem ser conduzidas as reformas educacionais. É durante este período que ganham forma e força as discussões sobre a prática educacional e a reflexão sobre os processos. A convivência coletiva e o processo de conscientização sobre o papel que o professor ocupa na sociedade poderiam levar a uma educação pública de qualidade.

Apesar de haver uma certa valorização sobre a profissão docente nesta época, na década seguinte, durante os anos 90, as práticas neoliberais impactam diretamente o sistema educacional brasileiro. O avanço de práticas que estimulam o individualismo e a concorrência deixam a cargo de cada professor a busca pela profissionalização. De agente de transformação, ele volta a ocupar o espaço de transmissor de conhecimentos. Isso implica na troca de papéis e espaços que são ocupados na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1996 levanta como fundamentais os pontos relativos à formação profissional do professor. A lei dá mais autonomia em relação a liberdade e gestão democrática, trazidas também em leis anteriores. A linha do tempo (Figura 2), a seguir, apresenta um breve histórico da formação de professores no Brasil, de acordo com as diretrizes apontadas por Demerval Saviani (1998).

Figura 2. Linha de tempo da formação profissional do professor



Fonte: Saviani (1998)

É possível perceber que a questão formação de professores não é consolidada no País. Existem apontamentos e caminhos que são direcionados conforme o sistema educacional. Como discutimos anteriormente, o sistema educacional, é inserido dentro de um contexto com programas de governo que podem ou não ser modificados e alterados conforme as regras de quem está no poder.

Comparando nosso sistema educacional com de outros países que possuem realidades próximas ao que vivenciamos no Brasil, vemos que as

políticas educacionais aqui praticadas vão de acordo com vontades de pequenos grupos que se situam no poder. Dentro do sistema capitalista, é o que Gramsci (2000) aponta como a cultura hegemônica de classes. A hegemonia cultural é vista como o conjunto das ideias que dominam o sistema dentro da conjuntura social, política, cultural e econômica. O ator responsável por essa circulação das ideias e do próprio sistema educacional em questão é o Estado, por meio de suas representações políticas. Os professores estão na base do sistema educacional e lidam com as práticas diariamente, têm pouca representatividade quando mudanças efetivas são propostas.

3.1 Papel da TV

Paralelamente à questão educacional, o sistema de comunicação no país também acompanha as evoluções que o mundo oferece. Imbuído neste contexto, os meios de comunicação exercem um importante papel enquanto atores na sociedade brasileira. No Brasil da década de 20, em meio à ascensão da Era Industrial, surgem as primeiras transmissões radiofônicas. Elas provocam mudanças nos jornais impressos que passam a ser mais dinâmicos e a usar fotos para chamar atenção dos leitores.

Entretanto, o rádio ganha mais força a partir dos anos 40, período após a segunda Guerra Mundial. É neste momento que o rádio no Brasil passa a ter características próprias. As notícias dos jornais impressos que antes eram lidas de modo literal passam a ser transmitidas com uma linguagem própria do veículo. As notícias passaram a ser mais dinâmicas e as informações traduzidas para o leitor. Dando ao meio de comunicação um papel importante como mediador dos dados e intérprete das notícias.

Por se apresentar como um meio mais dinâmico, o rádio é logo absorvido pela sociedade. O veículo permite por intermédio das ondas sonoras que exista comunicação sem a necessidade de escrita ou leitura. O Brasil, na década de 20, apresentava altos níveis de analfabetismo (65%) e, em pouco tempo, o rádio teve um grande alcance. Mesmo quem não fosse instruído passaria a receber informações sobre temas que antes só tinham espaço em jornais impressos.

Pessoas que até então eram excluídas da sociedade, passaram a saber dos acontecimentos ao seu redor através da mídia eletrônica, ou seja, do rádio.

Temos visto na contextualização histórica da educação brasileira que apesar da década de 20 ter significado grandes avanços com a ideologia proposta pela Escola Nova, as instabilidades políticas não permitiram a implementação total das mudanças educacionais. O quadro de analfabetismo diminuiu durante as décadas seguintes até 1970, mas o ensino instrucional que visava educar para saber ler, escrever e contar permaneceu na sociedade brasileira.

Este tipo de modelo teve impactos em diversas áreas. Na área da comunicação, incentivou o estabelecimento hegemônico dos meios audiovisuais já que permitiu acesso fácil a população e com o destaque da interpretação das informações. Sem a necessidade de ler, os veículos que usam a voz e as imagens (Rádio e TV) como principais fontes ganham espaço na sociedade brasileira.

Melo (2003, p.138) explica que em sociedades onde há um investimento no campo educacional e cultural, os impactos que esses meios exercem são diferentes dos impactos que tivemos no sistema brasileiro.

Nas comunidades em que esse desenvolvimento da mídia ocorre paralelamente à socialização das oportunidades educacionais e culturais- escolas, bibliotecas, centros desportivos- verifica-se uma gradativa influência do comportamento coletivo sobre a qualidade dos bens disseminados pela indústria da informação e da diversão. Cidadão instruídos, que cultivam padrões de sociabilidade mais elevados, tendem naturalmente a reivindicar melhores e renovados produtos da mídia.

Se o Brasil tivesse um sistema consolidado de educação, o que seria exibido no rádio e posteriormente na TV, teria mais qualidade, mais critério para atender às necessidades exigidas pela população. Como não houve essa exigência os meios tendem a ter um a programação mais focada no papel do entretenimento e ocupam espaços que deveriam ser preenchidos por outras formas de lazer.

Historicamente, em pouco tempo o rádio deixou de ser novidade, embora não podemos negar o grande impacto na formação da sociedade brasileira oferecendo diversos recursos que seriam absorvidos pela tecnologia que viria a suceder as transmissões radiofônicas – a televisão. O sucesso tecnológico do rádio, abre espaço, em 1960, para a consolidação da TV no Brasil. Este é um

veículo que, desde a sua inauguração, monopoliza a atenção da sociedade brasileira. O apelo multissensorial e as facilidades para o consumo, como o rádio, que não necessita de leitura, é usado pela televisão como ferramenta para cativar consumidores. Quem não sabe ler ou quem lê apenas de forma instrucional tem acesso a mensagens disseminadas e divulgadas pela TV.

A leitura permite ao cidadão entender o mundo em que vive. O domínio dos códigos possibilita uma inserção maior na sociedade e seu poder de intervenção também aumenta conforme o nível de escolarização adquirido. A escola tem papel importante neste processo, porque é da escola que vem a capacidade técnica de decodificar os signos apresentados. O cidadão que aprende a ler, pode tornar-se capaz de enfrentar situações de forma menos apática e de maneira mais autônoma. A educação tem um papel importante neste contexto, pois é por intermédio da educação que cada indivíduo se torna capaz de compreender o mundo que está em sua volta.

Todavia, Melo (2003) esclarece que nas sociedades onde a leitura impressa foi socializada antes da leitura audiovisual verificou-se uma qualidade maior dos programas oferecidos pelas emissoras de TV funcionando como uma balança. Ou seja, em países onde a leitura é incentivada e o acesso a outros meios de lazer são oferecidos, a sociedade exige mais qualidade na programação televisiva. Logo, no caso brasileiro, onde as taxas de analfabetismo são maiores e existem poucos incentivos a formação cultural mais ampla, os meios audiovisuais tendem a oferecer programações mais acessíveis e, portanto, menos críticas.

3.2 Indústria Cultural e formação de professores

Os avanços dos meios de comunicação e os impactos provocados na formação da sociedade brasileira podem ser discutidos sob a ótica proposta por Adorno (2008) na década de 40 onde se conceitua a Indústria Cultural. Para o autor, a Indústria Cultural é o espaço no qual as produções artísticas e culturais podem ser massificadas. A mola propulsora desta indústria é a economia. A classe dominante oferece os insumos e de forma alienada os consumidores recebem as informações ou programações.

É a lógica do mercado. Se a programação for muito distante da representação da sociedade, não há o retorno financeiro desejado. Podemos citar,

por exemplo, os programas de debate desenvolvidos em emissoras públicas que atingem níveis baixos de audiência. Enquanto programas populares (que usam recursos como músicas, imagens e informações como principais pontos de destaque) alcançam índices altíssimos de audiência.

Gentilini e Scarlatto (2015) apresentam uma discussão dentro da escola Frankfurtiana exposta por Adorno onde os conceitos de formação e semi-formação são abordados. Os conceitos são aqui adaptados para formação docente, que é nosso principal foco de pesquisa. Formação refere-se a um processo educativo que visa autonomia, liberdade e emancipação dos indivíduos. Esses indivíduos, no caso apresentado, os professores, são formados em uma sociedade que apresenta: recursos técnicos com foco na produtividade, meios de comunicação avançados, hegemonia do mercado e a recorrente transformação dos valores éticos, arte e cultura transformadas em mercadorias.

Com a consolidação da Indústria Cultural, a orientação pela concorrência, competição e individualismo surgem em contrapartida ao conceito de formação. A semi-formação, que seria um processo educativo estabelecido em partes passa a ter predomínio na composição da sociedade. De caráter intersubjetivo, é dominado por meios visuais no qual o espetacular impede o pensamento crítico e desenvolve o indivíduo em partes. A intenção é desenvolver as capacidades técnicas necessárias para atender a demanda do mercado.

Uma semi-formação não implica adquirir e, como educador, transmitir os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade ou as conquistas mais relevantes da cultura humana nos campos das ciências e das artes. Não oferece condições educacionais para formar cidadãos que exerçam plenamente seu direito subjetivo de participação em uma sociedade democrática, ou melhor, não lhes oferece os recursos intelectuais e a formação política que os tornam capazes de exercer criticamente esse direito, superando seus mecanismos formais ou não sendo iludidos ou manipulados pela propaganda (GENTÍLINI; SCARLATTO, 2015, p. 37).

A televisão vista como um produto que atende a lógica da indústria cultural, desempenha um papel fundamental na sociedade brasileira. Como já foi apresentado, ela foi desenhada em uma sociedade que viu no poder das imagens e da espetacularização uma grande fonte de informações. É dentro desse contexto e atendendo a lógica de um sistema onde prevalecem os discursos das elites que

a televisão ganha força e corpo como ator social no processo de educação do brasileiro.

Devido a facilidades oferecidas, o veículo Televisão no Brasil ocupa um espaço diferente do espaço destinado a TV em outras sociedades. Como já fora dito. No caso específico, brasileiro, a TV ocupa um papel de semi-formadora. Oferece aos telespectadores uma programação mais fácil, menos abrangente e profunda e aplica os conceitos de uma formação realizada em partes. Este espaço ocupado pelas emissoras de TV poderia ser ocupado por outras instituições deixando aos meios de comunicação a sua principal função que é comunicar. Com a mídia atuando de forma direta na educação, os meios de comunicação, incluindo-se neste grupo a televisão, passam a exercer além do papel que lhes é oferecido, um papel de instrutor ou de direcionamento das informações.

Podemos incluir nesse contexto os programas para aperfeiçoamento profissional ou de formação continuada financiados pelo Estado que usam o meio TV como principal difusor. Esses programas tomam como base o conceito de semi-formação apresentado por Adorno (1996) passando a oferecer a educação fragmentada.

As modalidades de formação à distância ou por intermédio de programas de TV servem para atender as expectativas do mercado. A facilidade ao acesso e a capacidade de atingir um público maior são vistas como estratégia de ampliação da quantidade de profissionais que participam das formações continuadas. Saviani (2008) esclarece que existem na formação de professores brasileiros dois modelos que se estabeleceram.

O modelo dos conteúdos culturais cognitivos cuja formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio dos conteúdos e o modelo didático-pedagógico, considera que a formação do professor só se completa com este preparo. Esse preparo deve ser assegurado pela instituição formadora de maneira sistemática e deliberada predominando nas Universidades e nas instituições de ensino superior que eram as responsáveis pela formação dos professores que deveriam atuar no ensino secundário, atual Ensino Médio.

O segundo modelo teve seu início nas Escolas Normais e foram oferecidos aos docentes que deveriam lecionar nas séries iniciais. Essa diferenciação na formação inicial dos docentes traz consequências aos programas de formação complementar. Os programas oferecidos dentro do modelo de conteúdos

cognitivos tendem a ser mais fechados e são oferecidos dentro de ciclos que podem ser realizados em partes, atendendo ao pressuposto teórico de semi-formação.

Os programas com base na formação mais abrangente que visam a formação do professor profissional, capaz de questionar e saber o lugar que deve ocupar no sistema educacional e na sociedade, atendem ao conceito de formação ou modelo didático-pedagógico. Neste processo, o modo de ensinar deve ser sistematicamente discutido. Não se trata de defender que um modelo ser melhor do que o outro, pois no nosso entendimento eles são complementares e se justapõem dando sentido mais amplo a preparação docente.

Atualmente, autores como Nóvoa (2008) e Garcia (2009) concentram seus estudos sobre a temática desenvolvimento profissional docente que considera o professor como um profissional trazendo implicações diretas no relacionamento do professor com seu trabalho. O conceito de desenvolvimento profissional docente implica em uma constante e permanente atualização do professor. Difere do conceito de formação inicial e continuada porque traz em sua raiz o sentido de evolução tratando-se de um processo a longo prazo que integra diferentes oportunidades e experiências. O planejamento é parte fundamental e estrutural desse conceito.

O professor aprende constantemente, ao longo de toda sua carreira, mas o que esse professor aprende? Com que objetivo? Para que serve? O conceito de desenvolvimento profissional deve responder a esses questionamentos e por isso o planejamento e a sistematização são processos a serem seguidos para que essa profissionalização ocorra.

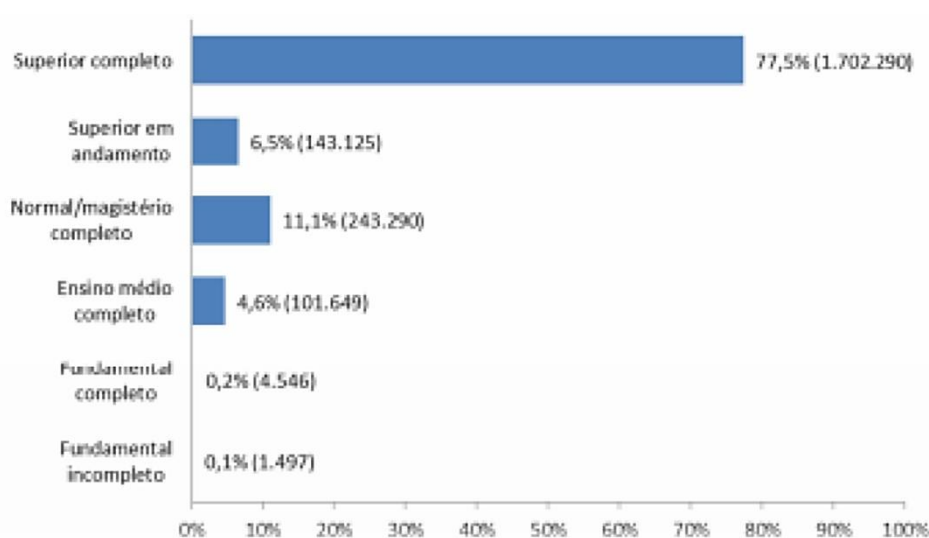
[...] esses processos visam a promover a mudança. Ao recorrer a um processo intencional e planejado de atividades e experiências que possam promover o desenvolvimento profissional dos docentes, objetiva-se atingir a qualidade do ensino e, em última (ou primeira) instância, a qualidade da aprendizagem dos alunos (GARCIA, 2009, p.15).

As experiências vividas pelo docente também despertam interesses e devem ser levadas em consideração dentro desse processo formativo.

3.3 Perfil docente no Brasil

Queremos saber neste item quem é o profissional professor brasileiro. Os dados foram apontados pelo Inep no Censo Escolar de 2016, como apresenta o gráfico 5. O levantamento é realizado anualmente tem como principal objetivo oferecer dados e direcionar investimentos e políticas públicas adequadas a realidade da Educação brasileira.

Gráfico 5. Distribuição dos docentes que atuam na Educação Básica por nível de escolaridade – Brasil 2016



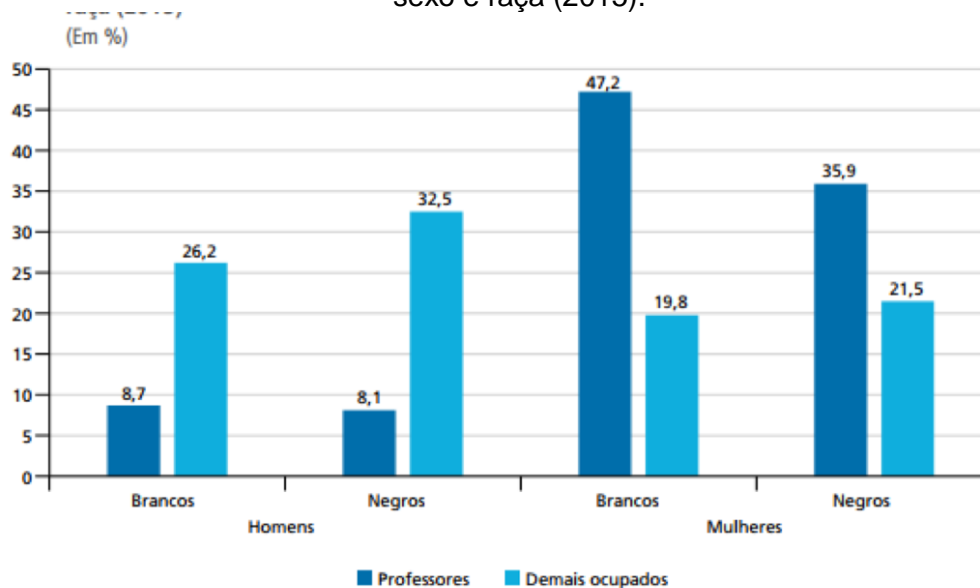
Fonte: Inep- Censo Escolar 2016

De acordo com o último Censo Escolar Brasileiro realizado em 2016, o Brasil tem 2,2 milhões de docentes no país. Eles atuam em sua maioria, em escolas ligadas ao sistema público de ensino somando-se 75,6% da quantidade total de professores que dão aulas em escolas federais, estaduais ou municipais que atuam exclusivamente educação presencial. O mercado de profissionais que atuam na educação à distância ainda tem pouca representatividade na Educação Básica e não corresponde a 1% do total. Em relação à formação deste docente que ensina no Brasil, 77,5% dos professores que atuam na educação básica possuem nível superior completo.

Paralelamente a pesquisa realizada no Censo Escolar, um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) traçou com mais detalhes o perfil do professor da Educação Básica no país.

De acordo com o estudo (Gráfico 6), a profissão docente é exercida mais por mulheres do que por homens. Em relação à raça, os brancos são maioria. Os homens brancos correspondem a 8,7% da categoria, e os negros 8,1%. As professoras brancas são 47,2%, e as negras 35,9%.

Gráfico 6. Distribuição da população brasileira de professores e demais ocupados segundo sexo e raça (2015).



Fonte: IBGE, 2015.

No Brasil, existem escolas privadas e públicas. As públicas são divididas por esferas governamentais – municípios, Estados e a União. A educação pública infantil é atribuída aos municípios, durante o ensino fundamental, e Estados e municípios se revezam. O ensino médio é responsabilidade dos Estados

A pesquisa aponta a profissão docente como uma categoria bastante heterogênea em relação ao perfil socioprofissional. Os docentes se enquadram em uma categoria de profissionais que são genuinamente assalariados, diferente da realidade da maioria dos trabalhadores brasileiros. Menos de 1% dos profissionais trabalha de forma empreendedora, sendo que 94,1% dos professores contribui para o sistema previdenciário.

Portanto, as dificuldades que existem no sistema educacional brasileiro, podem ser minimizadas com o cumprimento das metas estabelecidas no PNE. A meta 16, já relatada em capítulo anterior, é uma medida importante que está diretamente relacionada ao aumento da qualificação dos professores brasileiros.

De acordo com dados apontados na pesquisa do IPEA, o nível de formação dos professores ainda é precário. Cerca de 10% dos professores que atuam em escolas de esferas federais e estaduais possuem apenas o Ensino Médio como formação.

Os investimentos relativos a formação inicial e continuada dos docentes tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino. Trata-se de um processo formativo como um esquema planejado, com objetivos e metas a serem atingidos que culminam na melhoria de todo o sistema educativo. Parte-se do princípio que um docente preparado para dar aulas, alcança melhores resultados práticos em sala de aula. Mas além do desenvolvimento dentro das atividades práticas, esse docente formado de maneira contínua e sistemática passa a enxergar o papel que ele deve ocupar na sociedade. Torna-se um ator social de extrema importância para a constituição de uma sociedade. Traz em seu currículo formativo argumentos que o tornam mais autônomo, contestador e consciente do papel do Estado e da Educação.

Enfim, para nós, abordar sobre a formação e o perfil do professor no Brasil demonstra o quanto o Salto para o Futuro pode contribuir com a formação continuada destes profissionais como uma alternativa de desenvolvimento profissional de autoformação.

No capítulo que se segue abordaremos sobre a metodologia adota nesta pesquisa: o método, as técnicas e o seu *lócus*.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico da pesquisa em que se investigam as contribuições do Programa “Salto para o Futuro” para a formação continuada de professores. Optamos por escolher a pesquisa qualitativa que se propõe a trilhar um caminho metodológico capaz de refletir com objetividade os resultados da pesquisa. Descrevemos, desta forma, o método de pesquisa escolhido e usado, detalhando as técnicas e os procedimentos empregados para coleta e tratamento dos dados e informações disponibilizados em documentos oficiais.

André e Gatti (2010) explicam que as abordagens na pesquisa qualitativa se contrapõem ao esquema quantitativista de ciência que acaba dividindo a realidade em unidades de mensuração estudando cada uma isoladamente. Para as autoras, a abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fatos sendo considerados todos os componentes de uma situação, incluindo-se as interações e as influências dos fatos. Para as autoras (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 34):

O uso deste tipo de método na área educacional permite uma maior compreensão dos processos escolares, de aprendizagem, de relações dos processos institucionais e culturais, de socialização, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudança e resiliência presentes nas ações educacionais.

A pesquisa qualitativa é importante por se destinar a interpretação dos fatos e processos observados. Para Dencker (2001, p.186):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador é seu principal instrumento. Esse tipo de pesquisa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, graças a um intenso trabalho de campo.

Os estudos da área apontam as notícias como resultados de um conjunto de interações sociais. O programa “Salto para o Futuro” pode ser interpretado sob a ótica e ponto de vista noticioso, visto que se trata de um programa com características jornalísticas que visam discutir a prática docente com temas da atualidade. Este programa traz reflexões e debates sobre a educação brasileira e discute as políticas públicas da área. Por isso nesta pesquisa, considera-se o

programa como um espaço para debates e discussão da prática docente. Assim sendo, foram analisados os programas “Salto para o Futuro” disponíveis no acervo do site da TV Escola que contribuem para a formação continuada de professores dentro do período de 2008 a 2016. Como este estudo visa compreender como se dá a formação continuada de docentes, faz-se necessário apresentar este recorte da programação para que os objetivos sejam alcançados.

Por se tratar de um tema referente às políticas sociais implementadas no País, optamos por realizar um estudo mais detalhado sobre as políticas públicas na área de educação e como as políticas públicas podem ser analisadas. A proposta proporcionou uma leitura apurada sobre o tema para, em seguida, apresentar enfoques que antes não foram explorados em pesquisas anteriores, dando-se desta forma, uma visão diferenciada sobre o tratamento da política pública de formação continuada.

Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de natureza exploratória que, como destaca Gil (2008) por caracterizar-se pelo aprimoramento de ideias e permitir um planejamento mais flexível. Para tanto, visa proporcionar maior familiaridade com o problema apresentado. Para que a pesquisa fosse realizada, escolhemos a análise documental (texto escrito e vídeos) no intuito de corporificar os resultados e permitir análises mais consistentes.

4.1. Escolha dos Programas – Seleção

Escolhemos o programa “Salto para o Futuro” por ser declaradamente descrito como um programa pensado, exibido e destinado a formação de docentes. Optamos por selecionar 10 vídeos produzidos e exibidos entre os anos de 2008 a 2016 que abordavam temas relacionados à formação continuada de professores.

Como dito anteriormente, o programa é exibido semanalmente no canal da TV Escola, toda quarta-feira, com reprises programadas durante uma semana e reexibição no canal da TV Brasil. O Programa foi criado em 1991, na TV Educativa do Rio de Janeiro, recebendo o nome inicial de Jornal da Educação.

As edições do programa foram acessadas pela internet e arquivadas em um pen drive para acesso irrestrito aos programas. Todos os programas foram assistidos na íntegra e a análise realizada por um período 6 meses. Inicialmente selecionamos dez edições do programa do acervo do programa no canal TV

Escola. Um aspecto essencial nesta análise foi a definição dos programas que deveriam fazer parte desta amostra. Como o foco deste trabalho é a compreensão do programa para a formação continuada de docentes selecionamos as edições que abordavam em suas sinopses expressões referentes à docência, formação docente, práticas docentes, ensino e didática. Uma vez encontrados os programas, submetemos a análise de conteúdo. A fase de seleção dos programas encontra-se sintetizada no quadro 5.

Quadro 5. “Salto para o Futuro”- programas selecionados (2008 a 2017).

ANO	VIDEO	SINOPSE
2008	<p>DOCUMENTÁRIO: AFRICANIDADES BRASILEIRAS E EDUCAÇÃO</p> 	<p>O documentário africanidades brasileiras e educação tem como objetivo principal ser instrumento que possa ser utilizado na formação de docentes, gerando estudos, reflexões e debates acerca das africanidades brasileiras em ambientes formais e não-formais de aprendizagem, na perspectiva de potencializar positivamente e presença negra na sociedade brasileira. Compreendemos que os preconceitos, os racismos e as discriminações não se circunscrevem aos negros e às negras, contudo, enfocaremos as africanidades brasileiras, como uma contribuição ao longo processo de construção de uma pedagogia voltada para a compreensão, a valorização e o respeito à nossa brasilidade.</p> <p>Publicação em texto em PDF. http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto-acervo/edition?idEdition=8422</p>
2011	<p>OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA</p> 	<p>Olimpíada de Língua Portuguesa pretende debater a iniciativa do Ministério da Educação, realizada em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). O objetivo da edição especial é divulgar e discutir as experiências de leitura e escrita que têm sido fomentadas pelo concurso que envolve professores e alunos da Educação Básica</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF. http://tvescola.ec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8291</p>
2012	<p>AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: MITOS E FATOS</p> 	<p>A avaliação é uma das atividades do processo pedagógico inserida no projeto pedagógico da escola. Em especial, em 2013, não é só a aprendizagem dos alunos que está em foco, mas a instituição como um todo e o próprio sistema escolar. O que é mito e o que é fato na concepção do ciclo de alfabetização? Por que a avaliação é tão significativa na perspectiva de promoção continuada nesse ciclo? Esses são alguns dos pontos que estarão em foco no debate.</p>

		<p>Publicação em vídeo e texto em PDF.</p> <p>http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto-acervo/edition?idEdition=8237</p>
2013 2016	<p>NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO</p> 	<p>Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, do programa Salto para o Futuro (TV Escola), coloca em debate as novas DCNEM e os desafios para a elaboração e implementação coletiva de uma proposta curricular que integre trabalho, ciência e cultura. Como as diversas disciplinas podem contribuir para que isso ocorra? Como construir uma prática pedagógica interdisciplinar, na perspectiva das áreas de conhecimento? De que forma garantir o direito de alunos (adolescentes, jovens e adultos) a uma educação comprometida com a transformação social? São pontos a serem debatidos na edição.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF.</p> <p>http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto-acervo/edition?idEdition=8200</p>
2014	<p>ENSINO DO INGLÊS NA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> 	<p>O objetivo desta edição é discutir a importância do ensino do inglês como língua estrangeira, bem como a formação específica dos professores para atuação nesta área, no que diz respeito aos direitos dos alunos, tais como: estudo, interação e vivência em ambiente adequado e estimulante quanto a diversas práticas sociais relacionadas ao uso das línguas contemporâneas, além do reconhecimento das diferenças culturais e da necessidade de respeito a estas. São analisados princípios, condições e recursos humanos e materiais referentes à aquisição da linguagem e ao ensino da língua inglesa.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF.</p> <p>http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8175</p>
2014	<p>MATEMÁTICA E A RELAÇÃO COM OUTROS CAMPOS DO SABER NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO</p> 	<p>Trata-se de uma edição que tem por finalidade apresentar o desenvolvimento gradual da compreensão matemática a partir de problemas práticos da vida diária e da exploração e resolução destes problemas em níveis cada vez mais complexos, atingindo a abstração na etapa adequada ao desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças. São apresentadas práticas didáticas desenvolvidas a partir destes princípios, mostrando que os alunos tendem a se interessar automaticamente pela matemática propriamente dita, adquirindo hábitos de pensar matematicamente em situações diversas e extraescolares.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF.</p> <p>http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8155</p>
2015 2016	<p>ALFABETIZAÇÃO: A APRENDIZAGEM E O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA</p> 	<p>Reflexão sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita; os processos de apropriação do sistema alfabético de escrita e suas relações com a consciência fonológica; planejamento de situações didáticas destinadas ao ensino desse sistema notacional; os diversos suportes e gêneros textuais na rotina da alfabetização e os usos sociais da leitura e da escrita; o uso de diferentes recursos didáticos.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF.</p> <p>http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8232</p>

<p>2015 2016</p>	<p>AMBIENTE FORMATIVO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO</p> 	<p>A sala de aula como ambiente alfabetizador; os diferentes agrupamentos em sala de aula; atividades diversificadas em sala de aula e em outros espaços para atendimento às diferentes necessidades das crianças: jogos e brincadeiras no processo de alfabetização; atividades em grande grupo para aprendizagens diversas e em pequenos grupos, favorecendo as interações; a exploração da literatura como atividade permanente; estratégias de inclusão de todas as crianças nas atividades planejadas.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF. http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8233</p>
<p>2015 2016</p>	<p>CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO</p> 	<p>Avaliação no ciclo de alfabetização: concepção, instrumentos, procedimentos e registros. O papel social da escola; a questão da 'qualidade' na educação; a auto avaliação favorecendo os princípios da autonomia, da criticidade, da criatividade e da autoria; o ciclo na perspectiva de garantia de promoção continuada, considerando diferentes tempos e formas de aprendizagem.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em PDF. http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8228</p>
<p>2015 2016</p>	<p>DOCENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> 	<p>Esta edição tem por objetivo discutir aspectos históricos da constituição do campo profissional da Educação Infantil no Brasil: creches, escolas maternas e jardins de infância; políticas de assistência social; políticas de educação; legislação e políticas públicas: o dever do Estado, o direito da criança e o município; os profissionais da Educação Infantil no Brasil: heterogeneidade e desigualdades, perfil sociodemográfico, formação inicial e continuada, ingresso, carreira, remuneração, emprego e condições de trabalho, participação e organização dos sujeitos; as especificidades da docência na Educação Infantil; características do trabalho docente: cuidar e educar; condição docente e identidades; principais tensões no campo educacional e perspectivas.</p> <p>Publicação em vídeo e texto em: PDF. http://tvescola.mec.gov.br/tve/saltoacervo/edition?idEdition=8225</p>

FONTE: Salto para o Futuro, TV Escola, 2017.

Conforme destacado no quadro 3, foram selecionados 10 vídeos do Programa Salto para o Futuro da TV Escola lançados entre 2008 a 2016. Este material aborda a formação continuada de professores, como se encontram destacadas as palavras em negrito. No decorrer da pesquisa estes vídeos foram analisados utilizando-se uma adaptação a técnica de análise de conteúdo à luz dos estudos de Laurence Bardin.

Segundo Bardin (2010), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Trata-

se de um conjunto de técnicas usadas para analisar as comunicações. A autora não define a Análise de Conteúdo como sendo apenas um tipo de instrumento, mas apresenta a técnica como um leque de opções e apetrechos que podem ser adaptados ao campo das comunicações.

Para a autora (BARDIN, 2010), a Análise de Conteúdo é o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. As categorias de análise são definidas e estão diretamente relacionadas ao contexto da pesquisa. Bardin (2010) explica que a categorização é realizada como uma operação de classificação de elementos que estão dentro de um conjunto. Seja por diferenciação ou reagrupamento, o que vai definir as categorias de análise (Figura 3) é a parte comum entre eles.

Figura 3. Categorias de análise



Fonte: da autora

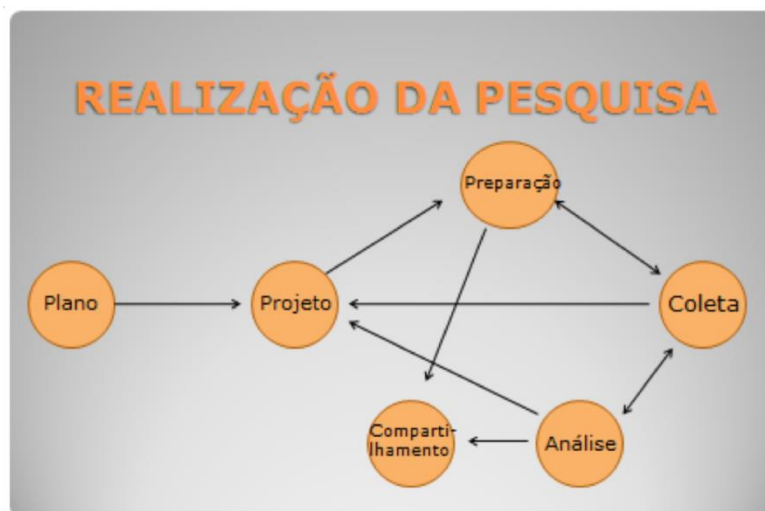
No nosso entendimento estas categorias são fundamentais para formação continuada de docentes.

4.2. As fases da pesquisa

O estudo tem aspectos que os diferencia de outros tipos de pesquisas, pois investiga um fato da atualidade em profundidade. Yin (2001, p.32), define o estudo de caso como a estratégia preferida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que”. Para ele, o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, especialmente quando o foco se encontra em questões. Nesta pesquisa, considera-se o programa Salto para o Futuro, um estudo de caso. O esquema da

Figura 3 caracteriza as etapas do estudo de caso que serão seguidas nesta pesquisa

Figura 4. Esquema da realização da pesquisa



Fonte: Da autora.

Quanto às etapas para desenvolvimento do estudo, foram estabelecidas 3 fases de acordo com o que abordam Nisbet e Watt (apud MENGA; ANDRÉ, 1986):

1) Fase aberta exploratória, quando se devem especificar as questões ou pontos críticos, estabelecer os contatos iniciais para iniciar o trabalho de campo, localizar informantes e as fontes de dados para o estudo;

2) coleta sistemática de dados, com base nas características próprias do objeto estudado;

3) análise e interpretação sistemática dos dados e elaboração do relatório.

Assim, escolheu-se a análise de conteúdo e documental. Bauer (2015, p. 190) aponta a análise de conteúdo como um método de análise de texto que é desenvolvido nas ciências sociais. Este tipo de análise pode estabelecer uma ponte entre o formalismo estatístico e análise qualitativa dos materiais. Pode-se considerar como uma técnica híbrida que permite ao pesquisador maior liberdade para interpretação dos dados. Em relação ao foco obtido na AC, o autor, complementa determinado como principal foco deste tipo de método, o público. Os resultados deste tipo de análise, explicam as coisas. Na análise de conteúdo, trabalha-se tradicionalmente, com materiais textuais escritos, mas os procedimentos podem ser aplicados as imagens ou sons. Desta forma, análise de

conteúdo permite, no coletivo dos programas, entender o sentido que eles possuem sobre o objeto de pesquisa.

Na análise documental (documentos e produções) se permite configurar os motivadores de sua consolidação, bem como o levantamento dos dados históricos referentes ao objeto de estudo. Para Bardin (2010), a análise documental pode ajudar a esclarecer a especificidade e o campo de ação da análise de conteúdo. Trata-se de um conjunto de operações que tem como objetivo analisar documentos de forma diferente do original em que foram propostos. Em relação ao tratamento das informações contidas nos documentos originais, este tipo de análise tem por finalidade representar de outra forma a informação que é apresentada. Este tipo de análise pretende facilitar o trabalho objetivo do pesquisador. Trabalhando-se a informação do ponto de vista quantitativo, mas também no aspecto qualitativo.

Portanto, no capítulo a seguir, apresentaremos os resultados do estudo por meio das análises realizadas. Decidimos demarcar no capítulo 5, das análises, os discursos em negrito, as contradições dos discursos demonstrando a ideologia que se quer passar sobre as temáticas abordadas que, de certo modo, abordam sobre a formação e prática docentes.

5. A PRÁTICA DOCENTE PELA LENTE DO “SALTO PARA O FUTURO”

Os pressupostos teóricos apontados ao longo desta pesquisa servem de base para análise apresentada. Neste capítulo são exibidas as categorias e o método detalhadamente para compilação das informações e dados sobre o programa “Salto para o Futuro”.

A televisão brasileira possui 3 tipos de categorias que foram apontadas por Melo (2003). São elas: entretenimento, informação e educação. No Brasil a categoria educativa encontra-se localizada com maior frequência nos canais educativos. A TV Escola, foi pensada e concebida levando em conta os critérios para se encaixar na definição de uma TV exclusivamente educativa. E o que isso significa? Que toda a programação é voltada para fins educativos. No planejamento inicial, todo o conteúdo foi pensado exclusivamente com fins educativos. Na atualidade, percebemos uma renovação na programação com a expansão das categorias e dos tipos de programas oferecidos ao público.

Entende-se nesta pesquisa que vivemos em uma sociedade cercada por informações, cujo principal pressuposto econômico gira em torno das informações. É a chamada Sociedade da Informação que Castells (2003) denomina de sociedade em rede alicerçada no poder da informação. Baseada nestes conceitos, a educação também acompanha as mudanças ocorridas na sociedade. E como o professor pode estar inserido dentro dessa nova forma de organização social? Diante deste novo cenário é que percebemos as transformações na programação da TV Escola ao longo dos seus 22 anos de existência. Com intuito de se atingir cada vez mais um público maior, é possível acompanhar as modificações na programação da emissora. O programa “Salto para o Futuro” também se renova constantemente e cumpre a atual proposta edificada pela emissora que é levar informações educacionais para um público mais amplo incluindo além dos educadores, toda a comunidade escolar, inclusive pais e estudantes.

Apesar da proposta de ampliação do público, o programa “Salto para o Futuro” permanece desde o seu lançamento na década de 90, destinado a formação docente. A sociedade cada vez mais conectada em redes tem à sua disposição vários recursos tecnológicos. É neste contexto que o programa “Salto

para o Futuro” é produzido com foco na formação docente, especialmente para o professor que vive rodeado de informação e tecnologia como aliadas de sua profissão.

5.1. Categoria Televisiva e interesses políticos

Para efeito desta pesquisa, consideramos o “Salto para o Futuro” um programa televisivo com foco educativo. Souza (2004) divide a categoria televisão em diversos gêneros: educativo, instrucional, seriado, infantil, formação complementar e técnico. O autor completa que este gênero educativo com caráter instrucional apresenta diversos formatos, dependendo da faixa etária ou público para quais são produzidos podendo ser utilizadas entrevistas, documentários e reportagens. A apresentação pode variar entre os formatos de telejornal e debates com especialistas e professores. Destarte, os programas televisivos são moldados e classificados em virtude do mercado publicitário (SOUZA, 2004). No caso do “Salto para o Futuro”, o interesse comercial do programa não é o mercado publicitário. Durante a análise, não foram percebidas inserções de patrocinadores, ou comerciais com o intuito publicitário de venda de produtos, embora seja o Estado, via MEC, o seu mantenedor.

O programa destina-se a debater temas relacionados à formação de docentes no Brasil. Apesar de não haver o interesse publicitário, como existe nos programas televisivos da TV aberta, não há como deixar de observar que existem interesses políticos na definição dos temas tratados.

A amostra selecionada traz como temas norteadores questões que envolvem mudanças no sistema educacional. Dos dez programas observados, três discutem proposições que envolvem mudanças no atual sistema de ensino do Brasil. As entrevistas realizadas durante os programas “Avaliação no Ensino”, “Base Nacional Comum Curricular” e “Reforma no Ensino Médio” possuem formatos diferenciados.

No programa “Avaliação no Ensino” (Figura 5), o tema é anunciado como um assunto especial. Por isso são incluídas reportagens, participação de professores e a presença de três especialistas que discutem como e por que as

avaliações são consideradas importantes no país. O programa que tem 47 minutos e 15 segundos de duração e trata o assunto de maneira mais aberta levantando problemas e pontos polêmicos sobre o assunto.

Figura 5. Programa “Avaliação do Ensino”.



Fonte: Salto para o Futuro

A opinião das fontes entrevistadas é considerada pelo entrevistador e o debate flui de maneira natural. A dinâmica do programa permite que professores façam questionamentos que são respondidos por especialistas e participem de enquetes propostas durante a apresentação. É possível perceber uma interatividade entre o público que assiste e os entrevistados que participam do programa.

Entretanto, na edição em que são discutidas as “Reformas da Base Nacional Curricular” (Figura 6), não é utilizado o formato de debate com a participação de telespectadores. Sem a participação do público, duas especialistas com opiniões opostas são entrevistadas de forma individual. O programa exibido em 2016 que trata como principal temática a Base Nacional Curricular chama a atenção por não colocar durante todo o tempo do programa, aproximadamente, 50 minutos as entrevistadas que possuem posicionamentos declaradamente opostos no mesmo ambiente.

Figura 6. Programa “Reforma da Base Nacional Curricular”



Fonte: Salto para o Futuro

Os apresentadores deixam claro, desde a abertura do programa, que as entrevistadas possuem opiniões distintas sobre o assunto. As entrevistadas são Cleuza Repulho que representa o movimento favorável à base e a diretora da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Andréia Gouveia. Como se tratam de opiniões completamente opostas, os apresentadores procuram dar o mesmo tempo de discurso para cada uma das entrevistadas. Elas são entrevistadas em momentos diferentes, somente ao final do programa compartilham o mesmo cenário para responder as questões apresentadas. Mas não chegam a debater ou discutir ideias. Cada uma expõe sua opinião de forma cordial e respeitosa. Mas a última pergunta do programa é direcionada a fonte que é favorável a Base Nacional Comum Curricular. Este tipo de edição pode contribuir para que alguma ideia possa se sobressair e dar a impressão de uma certa autoridade em relação à outra. Esta é a verdadeira intenção do programa, apresentar a positividade da Base Nacional Comum Curricular.

Os trechos da Figura 7 recebem destaque na chamada e no início do programa.

Figura 7. Trechos dos discursos das entrevistadas destacados na chamada.





Fonte: Salto para o Futuro

No programa que aborda a “Reforma do Ensino Médio” (Figura 8), exibido também em 2016, o posicionamento positivo sobre o tema é demonstrado desde o início da entrevista. O então ministro da Educação, Mendonça Filho é a única fonte a ser ouvida durante os 46 minutos e 7 segundos.

Figura 8. Programa “Reforma do Ensino Médio”.



Fonte: Salto para o Futuro

A principal característica do programa que é a promoção de debates sobre assuntos considerados importantes para formação docente fica ausente nesta edição. O ministro, que tem um posicionamento favorável ao tema, explica como será a reforma no Ensino Médio. Os entrevistadores não questionam de forma mais crítica, sempre deixando claro que gostariam de ceder o espaço do programa para emissão de opiniões e posicionamentos do governo. Vejamos o trecho de abertura desta edição:

A MP 746/2016 implementa uma nova estrutura para esta etapa da educação básica. De acordo com o Ministério da Educação, os estudantes passam a ter a possibilidade de escolher itinerários formativos de acordo com seus projetos de futuro, com vistas à formação técnica, ou ao ingresso na Universidade.

Mas muitas dúvidas surgiram, segundo o texto da medida provisória, apenas o ensino de língua portuguesa e matemática serão obrigatórios para os três anos do ensino médio. Mais o que ficar definido pela Base Nacional Comum Curricular. **Para esclarecer essas e outras dúvidas** envolvidas na reforma do ensino médio, o Salto para o Futuro recebe hoje o Ministro da Educação, Mendonça Filho. **Ministro é um prazer recebe-lo hoje** no Salto. Vamos começar falando da divulgação da MP. Desde o início, muitos setores da sociedade, especialmente os educadores fizeram críticas a ausência de um debate mais amplo sobre as mudanças necessárias ao ensino médio. Por que vieram por Medida Provisória?

Só para ficar claro para o professor, para os educadores que nos assistem: essas discussões anteriores resultaram nessa MP? **Foi isso?**

É possível perceber que no encerramento do programa, que a última pergunta realizada deixa claro que o espaço está sendo utilizado para promoção de propostas políticas. Como podemos perceber no trecho abaixo:

Ministro para encerrar nossa conversa, já agradecendo sua presença mais uma vez no Salto para o Futuro de hoje, nós estamos em outubro, mês do professor, certamente, milhares de professores, professores estão vendo esta edição do Salto para o Futuro, muito curiosas, portanto, **qual é o recado que o senhor gostaria de dar a esses professores que nos assistem neste momento?**

Melo (2003) aponta o veículo televisão como um verdadeiro instrumento de monopólio. Para ele a vantagem da TV quando comparada a outros meios de comunicação, como rádio ou jornais impressos, está no apelo multissensorial que a pode exercer. Até mesmo quem não é alfabetizado ou que não domina algum assunto pode acompanhar os movimentos na televisão combinando o que se ouve com o que se vê. Por isso, a televisão desempenha um papel decisivo na formação da população brasileira.

O programa em análise cumpre um papel de educação coletiva, mas permite que o espaço seja usado para divulgação de plataformas políticas vinculadas ao governo, sem a inserção de críticas ou posicionamentos que promovam a discussão e debates. Neste momento, o papel de educador coletivo cede espaço ao tradicional formato que vemos na TV aberta onde os patrocinadores financiam os programas e podem vender seus produtos aos telespectadores que pouco opinam sobre o que está sendo discutido ou oferecido como programação.

Neste contexto, o patrocinador do programa analisado passa a ser o governo que oferece por meio dos discursos qual é o tipo de informação que deve ser transmitida. Os formatos de debate e entrevistas usados pelo programa implicam em um posicionamento sobre o tema, papel este, que não deveria ser exercido por uma emissora pública que tem como objetivo fomentar a educação e atuar como educador coletivo.

É importante destacar que os anos de 2012 e 2016, período da análise específica destes programas citados, ocorreu a transição entre presidentes. Entende-se que neste período, as visões sobre a política educacional são modificadas. É necessário chamar atenção para o fato de que apesar desta pesquisa não se propõe a discutir as diferentes visões sobre a política educacional, a instabilidade política é percebida nas edições analisadas.

5.2. Características Técnicas

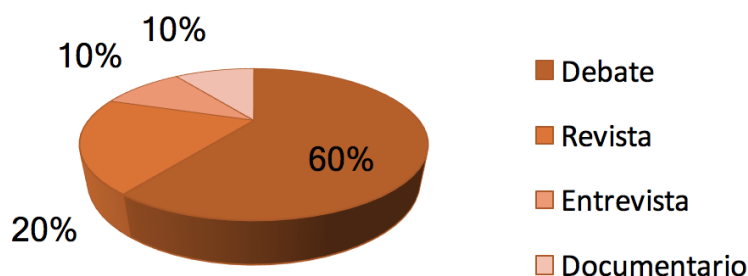
Como apresentado em capítulos anteriores, a amostra delimitada para esta pesquisa constitui-se de 10 programas exibidos entre 2008 e 2016. Ao longo da seleção da amostragem foram percebidas algumas mudanças em relação às características técnicas do “Salto para o Futuro” justificadas pela evolução da sociedade e das atualizações do mundo globalizado.

O programa do gênero educativo apresenta três tipos de formatos que sofreram alterações e atualizações em 2017. Na seleção escolhida, são apontados três formatos específicos:

- 1) Revista eletrônica – com linguagem mais próxima dos telejornais, com um ou mais apresentadores que do estúdio introduzem os assuntos. Usa vários recursos, como por exemplo, entrevistas, videoclipes, enquetes, perguntas de telespectadores realizadas por telefone ou internet.
- 2) Programa de debates – não necessita de grandes investimentos em recursos audiovisuais, pois a principal característica é o número de entrevistados. Pode ter mais de um entrevistador que atuam também como comentaristas. O debate depende da quantidade de pessoas que participam do programa.
- 3) Documentário – Mostra a realidade e tem origens no cinema levando ao telespectador uma visão de mundo. Inclui realidades de outros países e culturas. Apresenta o máximo de informações sobre o tema.

Conforme gráfico (7) quantitativamente o formato de um programa de debates está constituído assim:

Gráfico 7. Formato dos programas “Salto para o Futuro”.



Fonte: da autora

É importante deixar claro, que o programa pode se constituir, simultaneamente, de dois formatos, dependendo da temática abordada. Como é possível constatar nas edições que tratam o tema “Docência da Educação Infantil” e “O Ensino da Matemática” exibidas nos anos de 2013 e 2014.

O uso dos dois formatos é considerado um acréscimo sobre a temática, dando-lhe uma importância maior e dedicação ao tema com a abordagem em dois ou mais programas. No site da emissora TV Escola, há uma informação adicional

para o professor com o aviso de que o docente pode saber ainda mais sobre o assunto.

Em 2 programas considerados como revistas e 4 debates, principalmente nas que antecedem a reformulação do programa e datam o período anterior a 2016, são exibidas reportagens realizadas pela equipe do programa em escolas e comunidades mostrando aspectos positivos do tema em questão, correspondendo a 60% das edições na amostra escolhida.

A reportagem tem origem nos telejornais e um formato bastante utilizado pelas emissoras. Em geral colocam o repórter em evidência, pois é o repórter que narra a história e conduz as entrevistas. Este tipo de recurso é bastante usado para conduzir o telespectador a uma informação. Nos programas analisados, as reportagens exemplificam a temática, abordam pontos polêmicos ou mostram exemplos positivos de iniciativas brasileiras.

Na amostra, apenas um programa traz um documentário e aborda a temática Africanidades. O documentário demonstra a qualidade dos programas da emissora. Normalmente, carregam uma bandeira de prestígio já que se contrapõem à ficção. O tema apresenta importância histórica e social, já que aborda a multipluralidade da cultura africana. As entrevistas são gravadas em profundidade e trazem leituras críticas que podem ser refletidas por docentes. Neste tipo de entrevista, as informações apresentadas possuem uma densidade maior e os produtores não se preocupam tanto com o fator tempo, que normalmente é menor em programas televisivos.

A incidência de documentários é pequena na programação de o “Salto para o Futuro”. De forma geral, os documentários exigem um maior custo operacional para que suas produções sejam efetivadas. As entrevistas são mais profundas e exigem mais tempo para serem realizadas. Além disso, como o formato tem origem no cinema, as imagens devem ser trabalhadas com mais detalhes e a produção das imagens pode exigir vários cenários de locação, o que encarece o orçamento deste tipo de produção.

Além dos formatos diferenciados, até o ano de 2014, a emissora disponibilizou via internet 14 cadernos no formato pdf que trazem leituras e reflexões sobre os temas abordados nas edições do “Salto para o Futuro”. São 4

cadernos referentes aos programas da amostra e abordam as temáticas: matemática, ensino do inglês, resolução de problemas no ciclo de alfabetização e docência da educação infantil. Os cadernos foram produzidos por especialistas e ficam disponíveis para impressão ou leitura *on-line*, sem a necessidade de cadastros ou códigos para acesso ou identificação. Partem de uma lógica neoliberal em que cada indivíduo procura a formação complementar. Os documentos estão disponíveis no site do programa e deixa a cargo de cada docente o interesse em se aprofundar nos temas. O professor ou qualquer interessado no assunto tem acesso às informações via internet. As figuras (9), (10), (11) e (12) foram extraídas dos cadernos³ e trazem o sumário de cada publicação disponibilizada.

Figura 9. Sumário do caderno de Matemática

MATEMÁTICA E A RELAÇÃO COM OUTROS CAMPOS DO SABER NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	
SUMÁRIO	
Apresentação.....	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Introdução.....	4
<i>Antonio José Lopes (Bigode)</i>	
Texto 1: Matemática no dia-a-dia	8
<i>Janete Bolite Frant</i>	
Texto 2: Serve para alguma coisa saber para que 'serve' a Matemática? (Ou é melhor pensar sobre o que ela muda no mundo?)	13
<i>Romulo Campos Lins</i>	
Texto 3: Matemática do cotidiano: um ensaio de problematização a partir do futebol	22
<i>Antonio José Lopes (Bigode)</i>	

Fonte: Salto para o Futuro

Figura 10. Sumário do caderno de Inglês
ENSINO DE INGLÊS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SUMÁRIO	
Apresentação.....	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Introdução.....	4
<i>Eliane Hércules Augusto-Navarro</i>	
Texto 1: Expectativas dos aprendizes e planejamento de ensino na disciplina Inglês: considerações sobre contextos da rede pública de ensino	9
<i>Eliane Hércules Augusto-Navarro</i>	
<i>Patrícia de Oliveira Lucas</i>	
Texto 2: Ensino-aprendizagem de Inglês: a importância da motivação e do interesse dos aprendizes.....	17
<i>Cláudia Jotto Kawachi-Furlan</i>	
Texto 3: Professores de Língua Estrangeira do Ensino Médio voltam à formação: o que podem fazer de diferente?.....	22
<i>José Carlos Paes de Almeida Filho</i>	
<i>Margarete O. S. Nogueira</i>	
<i>Rita de Cássia Barbirato</i>	

Fonte: Salto para o Futuro

Figura 11. Sumário do caderno de Alfabetização

Figura 12. Sumário do caderno de Educação Infantil

³ Disponível em www.tvescola.org.br

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Introdução.....	4
<i>Ettiène Guérios</i>	
Texto 1: Que conta eu faço, professora? É de mais ou de menos?	8
<i>Jutta Cornelia Reuwsaat Justo</i>	
Texto 2: Resolução de problemas: possibilidades e reflexões a partir do espaço de sala de aula!	16
<i>Justina I. C. Motter Maccarini</i>	
<i>Salette Pereira de Andrade</i>	
Texto 3: Princípio multiplicativo para os anos iniciais - desenvolvimento conceitual e algoritmos em uma perspectiva de situações-problema	22
<i>Nilza Eigenheer Bertoni</i>	

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Introdução.....	4
<i>Livia Fraga Vieira</i>	
Texto 1 - A profissão docente na Educação Infantil	8
<i>Dalila Andrade Oliveira</i>	
Texto 2 - O perfil das professoras e educadoras da Educação Infantil no Brasil	16
<i>Livia Maria Fraga Vieira</i>	
Texto 3: Professoras da Educação Infantil: formação, identidade e profissionalização.....	28
<i>Isabel de Oliveira e Silva</i>	

Fonte: Salto para o Futuro

Fonte: Salto para o Futuro

A leitura destes cadernos permite um maior aprofundamento em relação ao tema com artigos de pesquisadores que abordam a temática. Os cadernos trabalham com eixos que discutem a temática de forma geral, apresentam situações vivenciadas em escolas brasileiras e apontam como os docentes podem aplicar o que está sendo debatido.

Além dos cadernos, o professor tem acesso a livros eletrônicos publicados pela fundação Roquete Pinto na página do programa “Salto para o Futuro” que está inserida dentro da página da TV Escola na internet⁴. O único livro eletrônico desta amostra é o livro publicado sobre o documentário Africanidades (Figura 13). O documentário foi exibido em 2008 e o livro eletrônico só foi disponibilizado em 2013.

Figura 13 Livro eletrônico “Africanidades”.



Fonte: Salto para o Futuro

⁴ www.tvescola.org.br

Diferente do formato adotado pelos cadernos temáticos é possível constatar que o livro traz uma leitura mais aprofundada sobre o assunto o que leva o docente a uma reflexão acerca do tema, antes da práxis operacional em sala de aula.

No atual formato do programa “Salto para o Futuro”, os cadernos temáticos e os livros eletrônicos não são mais recursos disponibilizados. Nas edições produzidas depois de 2015, as leituras complementares foram extintas e não são mais produzidas paralelamente aos programas exibidos na televisão. Melo (2003) explica por que os recursos audiovisuais no Brasil possuem mais adesão do que os recursos impressos.

Diferente de outras sociedades, a sociedade brasileira demorou a ser alfabetizada. A leitura e a dominação dos códigos levaram mais tempo do que em comunidades europeias, por exemplo. Por lá, a socialização da leitura chegou antes dos recursos audiovisuais. No Brasil, há uma inversão nestes papéis. A socialização da leitura vem depois da aplicação do recurso audiovisual. Nesse sentido, é possível afirmar que “[...] a leitura da palavra impressa se beneficia enormemente do prévio contato que os consumidores culturais tiveram com suas versões audiovisuais” (MELO, 2003, p. 142).

Levando em consideração essa premissa, o programa “Salto para o Futuro”, primeiro lançava o recurso audiovisual e depois disponibilizava o caderno ou livro para leitura e aprofundamento no tema. Sob a ótica docente, a iniciativa deixa a cargo de cada professor o interesse ou não em se aprofundar na temática. É considerada, portanto, uma leitura complementar.

É possível constatar, diante dos argumentos expostos que o programa concentrou boa parte das suas funcionalidades ligadas ao saber-fazer em sala de aula aliando o uso da práxis à formação docente. Essa preocupação pode levar a uma visão linear do papel que a educação passou a ocupar dentro da lógica neoliberal. Este tipo de oferta é considerada mais produtiva quando a expectativa é para formação do professor que vai atuar no mercado de trabalho. Esta intenção apresenta uma racionalidade instrumental e utilitarista do conteúdo por não oportunizar questionamentos ou esclarecimentos sobre as dúvidas que podem aparecer durante a leitura.

Segundo Coutinho (2003, p. 91), o fato da programação da TV Escola, incluindo-se nesta perspectiva o “Salto para o Futuro”, dá à educação o papel de repassadora de conteúdo. Paradoxalmente, este tipo de iniciativa pode abrir mão da dimensão articuladora das diferentes culturas e da escola como ambiente prioritário da formação de cidadãos nos mais diferentes contextos.

5.3. Recursos Técnicos

Levando-se em consideração as características apontadas por Souza (2004) para classificação dos atuais gêneros televisivos, os recursos técnicos despertam interesse e são considerados pontos importantes para esta análise. Os recursos técnicos possuem relações diretas com a linguagem televisiva. Entre os recursos estão os enquadramentos, o cenário e a edição utilizados para composição do produto final apresentado ao público e são importantes porque estão diretamente relacionados à credibilidade que o programa transmite. Para efeitos nesta pesquisa, consideramos como recursos técnicos a comunicação visual apresentada por meio das logomarcas que o programa apresentou durante o tempo em que está no ar e os cenários usados nos programas analisados.

O Programa “Salto para o Futuro” foi criado em 1991 antes do lançamento da TV Escola em 1996. Passou por diversas modificações visuais e editoriais ao longo dos 26 anos de existência. A figura (14) apresenta a atual logomarca usada pelo programa.

Figura 14. Atual logomarca do programa “Salto para o Futuro”.



Fonte: “Salto para o Futuro”

Desde 2016, as formas mais arredondadas e os círculos passaram a representar o “Salto para o Futuro”. Os círculos representam estruturas modernas e abordagens inovadoras. Ao mesmo tempo remetem a ideias de elementos visualmente já conhecidos e que dificilmente serão considerados “fora de moda”. As cores usadas para representar o programa, desde 2016 são o azul e o branco. Demonstrando, desta forma, o apelo visual ligado ao conceito tecnológico.

Em relação à evolução das logomarcas usadas pelo programa desde a criação, consideramos as informações expostas na figura (15).

Figura 15. Evolução das logomarcas do programa “Salto para o Futuro”.



Fonte: “Salto para o Futuro”

Nota-se que a apresentação visual que utilizava as cores verde e amarela, ligadas aos símbolos nacionais foi substituída em 2006. No período entre 2006 e 2009 utilizou-se um formato parecido com o inicial, mas as cores brancas remetem a um visual mais leve. A partir de 2010, a logomarca sofre alterações profundas com o estabelecimento de outras cores como padrão para o Programa. O azul toma força e passa a ser a base do símbolo, mantido até o ano de 2015.

A abertura do Programa é feita por uma vinheta⁵ que dura aproximadamente 10 segundos. O termo vinheta começa a ser usado nos meios de comunicação de massa a partir da década de 50, quando há a consolidação do Rádio e da TV no país. Segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 761), o termo vinheta na TV é usado para identificar quem está se comunicando com seu público. É durante a vinheta

⁵ Por vinheta entende-se a computação gráfica utilizada para se comunicar visualmente com o público.

que se identifica a estação, o programa, patrocinador ou apresentador de um programa. Pode ser utilizada em vários momentos do programa: no início, no fim, chamando os intervalos ou anunciando novos quadros. Se constitui com uma frase musical que pode ou não ter um texto. No caso específico do Programa Salto para o Futuro, a vinheta é utilizada no início do programa e no encerramento. Como não se trata de um produto de TV aberta, não existem intervalos para venda de propagandas comerciais.

Durante a abertura do programa, antes da veiculação da vinheta, os apresentadores explicam qual será a temática a ser desenvolvida na edição. Como observamos no programa exibido no dia 23/11/2012 e que traz como principal assunto a “Avaliação no Ciclo Básico”.

Olá, tudo bom? Antes de tomar qualquer decisão na vida tem uma palavrinha mágica que nos orienta e nos ajuda a alcançar os nossos objetivos: essa palavra é Avaliação. Quer ver só? Quantas vezes, por exemplo, você colocou na balança se valia ou não a pena tomar determinada decisão. E quantas vezes você precisou avaliar qual seria o melhor caminho a escolher diante de uma determinada situação? A avaliação também faz parte do dia-a-dia de profissionais em todas as áreas. Dos médicos que acompanham a nossa saúde, dos juízes e advogados que analisam processos judiciais e também, é claro, dos profissionais de educação que avaliam entre tantas coisas, como anda a aprendizagem dos alunos. Os mitos e fatos no ciclo de alfabetização. Este é o tema especial do Salto para o Futuro especial que começa agora!

Nota-se que nesta parte do programa, os apresentadores realizam perguntas e questionamentos com o objetivo de despertar o interesse dos docentes (telespectadores) pelo tema. Essa conversa, que usa uma linguagem menos formal, é um recurso usado por programas de TV para demonstrar a relação de proximidade entre quem faz e quem assiste ao programa dando uma ideia de que existe interação social. O recurso também é usado para captar audiência desde o começo da exibição.

Quando o formato do programa é revista eletrônica, utiliza-se o recurso dos testemunhos e das reportagens externas para ambientar o telespectador em relação ao tema. As reportagens são realizadas em ambientes externos, contam histórias de personagens que enfrentam algum tipo de dificuldade ou necessidade e podem ser usados como exemplos durante o programa. Essa relação

desenvolvida serve para aproximar o público ainda mais dos especialistas e ao mesmo tempo demonstrar que são situações cotidianas.

Levando em consideração o programa citado anteriormente, a reportagem exibida começa com um recurso chamado de povo-fala. Onde as pessoas de diferentes classes sociais emitem opiniões curtas e objetivas sobre o tema. Este recurso é bastante usado para mostrar que o tema atinge um número maior de pessoas dentro de um universo pré-estabelecido. No caso citado, a maioria das pessoas entrevistadas sobre avaliação são adultas e apenas um dos personagens centrais é uma criança. A repórter mostra as dificuldades que a família enfrenta antes das avaliações e no decorrer da reportagem são dados alguns exemplos positivos de como é possível lidar com provas e avaliações.

A reportagem ilustra o debate e promove mais dinamismo na edição do programa, mas nem todos os programas da amostra trazem reportagens ou utilizam outros recursos para manter a interação com o público. Nos programas definidos como debates, apenas os apresentadores e os entrevistados falam durante os 50 minutos de exibição.

Nos dois tipos de programa, debates e revistas eletrônicas, as discussões são iniciadas com perguntas formuladas pelos apresentadores depois da vinheta de abertura. Os jornalistas apresentam quem são as fontes que vão participar da edição. Em geral, as fontes são apresentadas pelo nome a função que desempenham em instituições, no governo ou nas escolas. Vejamos o exemplo de abertura formal do programa na edição exibida no dia 23/11/2012 no programa sobre Avaliação no Ciclo Básico.

E, eu começo o programa agradecendo as presenças das nossas convidadas. Cláudia de Oliveira Fernandes, consultora deste especial e coordenadora do mestrado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- a UNIRIO; a professora Maria Teresa Esteban da Universidade Federal Fluminense e contamos também com a presença de Andreia Fetzner, professora do programa de pós-graduação em educação da UNIRIO;

O debate é iniciado e finalizado dentro de cada edição. De forma geral, não há um tempo específico para cada entrevistado dar sua opinião ou se posicionar em relação aos temas. Mas percebe-se que há uma ordem na fala dos entrevistados, sendo direcionadas perguntas específicas para cada fonte. Na

edição finalizada, as falas dos entrevistados não se sobrepõem. Não se percebem atropelamentos na fala, ou discussões mais aquecidas que provoquem debates mais calorosos, como os vistos em debates políticos, por exemplo. A estratégia usada que valoriza o respeito e a cordialidade demonstra que o principal objetivo do programa é ter caráter educativo e não comercial como visto em emissoras da TV aberta. Os posicionamentos contrários ou favoráveis ao tema levam ao público-alvo, no caso, docentes, informações, pesquisas e experiências que contribuem para formação continuada.

5.4. Mediadores

Lage (2001) aponta a entrevista como um procedimento clássico de apuração de informações. O objetivo neste tipo de técnica é a consulta as fontes e a coleta de interpretações e reconstituição dos fatos. Existem vários tipos de entrevistas e elas dependem dos objetivos que pretendem ser atingidos. Podem ser classificadas em:

- a) Rituais: geralmente são breves. Ponto de interesse está centrado na figura do entrevistado
- b) Temáticas: abordam temas específicos. Normalmente o entrevistado tem condições e autoridade para falar sobre o assunto.
- c) Testemunhal: relatos de entrevistados sobre algo que participou ou assistiu.
- d) Profundidade: pretende mostrar a representação de mundo que o entrevistado constrói.

A entrevista é encontrada em todas as edições da amostra analisada que tratam temas referentes à formação continuada de docente.

Antes de realizar a entrevista, o repórter faz uma pesquisa prévia sobre o assunto que será abordado. Ele tem, portanto, uma ideia do que vai perguntar. Mas apenas este preparo prévio não é suficiente para se avaliar uma entrevista como boa ou não. A boa entrevista depende diretamente de quem a conduz.

O “Salto para o Futuro” é apresentado pelos jornalistas Bárbara Pereira e pelo Murilo Ribeiro (Figura 16). Nas 10 edições analisadas, sempre há a presença

de um dos dois apresentadores e nem sempre aparecem juntos nos programas. Mais do que apresentadores, podem ser considerados mediadores visto que conduzem um programa de debates.

Figura 16. Os apresentadores/mediadores do programa “Salto para o Futuro”.



Fonte: “Salto para o Futuro”

Em 5 das edições analisadas os dois apresentam juntos a mediação dos debates realizados. Nos programas que abordam as temáticas olimpíadas da língua portuguesa, docência da educação infantil, ensino do inglês, base nacional comum curricular e reforma do ensino médio os apresentadores dividem o cenário com os entrevistados. Eles são os responsáveis por conduzir as entrevistas. Realizam as perguntas, gravam a abertura do programa, apresentam dados e pesquisas realizados pelo INEP ou MEC e atuam também como repórteres. Além de mediar os debates, os jornalistas realizam reportagens *in loco* e mostram exemplos de práticas e atividades realizadas em escolas que podem ajudar a exemplificar os temas abordados.

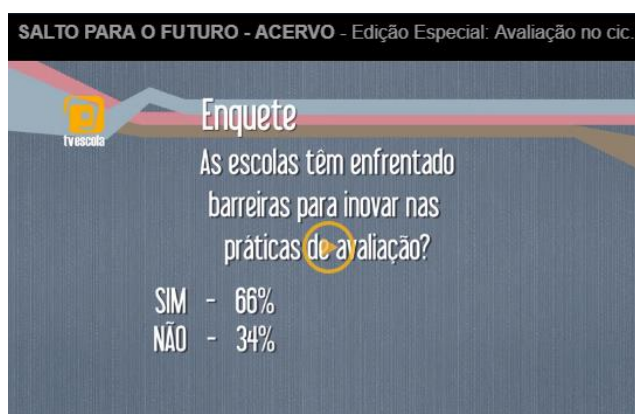
5.5. Participação do público

Outro recurso utilizado com frequência nas edições analisadas é o uso de enquetes durante o programa com perguntas relacionadas ao tema discutido. Durante a apresentação, a enquete é divulgada, mas os critérios sobre como são contabilizadas as respostas não ficam claros. Não há durante a apresentação informações sobre como é possível votar ou participar. Apenas os resultados são divulgados, geralmente no fim de cada programa. É importante destacar que nem

todas as edições trazem enquetes. Nos programas mais recentes, as enquetes são pouco frequentes.

Em relação às perguntas usadas as temáticas abordam questionamentos discutidos durante o programa. Depois da realização das enquetes observamos que os entrevistados comentam o assunto. Temos como exemplo, a enquete realizada durante o programa Avaliação no Ciclo Básico (Figura 17).

Figura 17. Enquete aplicada durante o programa “Avaliação do Ciclo Básico”.



Fonte: “Salto para o Futuro”

As enquetes possibilitam ao docente, uma leitura sobre como o tema vem sendo observado por outros colegas de profissão. É apenas um recorte, mas serve como fonte de informação para o desenvolvimento de pesquisas ou de qualificação na área. Avaliamos como positivo o uso das enquetes para promover uma interatividade com o público do programa.

Além da realização das enquetes, outro recurso usado frequentemente nas edições é a participação do público do programa (Figura 18). Como o foco é voltado para formação dos professores, nas participações quem faz a pergunta é um docente. Seja por telefone, gravações realizadas com celulares ou pela equipe do programa com equipamentos profissionais, as perguntas são realizadas de forma direta e usam as práticas docentes como exemplos ou pontos de partida para o questionamento.

Figura 18. Participação do público no programa “Salto para o Futuro”.



Fonte: "Salto para o Futuro"

Nos programas mais atuais, realizados em 2016, as participações do público são reduzidas e quando ocorrem são lidas pelos apresentadores. Este fato caracteriza-se como formas de midiaticizar a participação do telespectador. Quem faz a pergunta ou questionamento é o mediador do debate dando a entonação ou ritmo que quiser a pergunta. Este tipo de técnica, reflete um distanciamento do público. Há um embate dicotômico. Ao mesmo tempo em que se quer demonstrar que o programa é aberto a questionamentos e permite a participação popular, filtra-se o que será perguntando e como será apresentado a fonte entrevistada. Neste formato, a pergunta é realizada, respondida, mas como o público não continua esperando a resposta, não há um debate ou a provocação de ideias e pontos de vista diferentes sobre o assunto. Na pergunta enviada pelo público e lida pelo apresentador o assunto é encerrado logo após a resposta do entrevistado, sem aberturas para réplicas ou tréplicas. Os formatos atuais de participação do público são mais polidos e permitem menos reflexão sobre o tema.

Observa-se que as participações efetivas de professores são realizadas em programas que possuem o formato revista ou nos debates que as autoridades oficiais vinculadas aos órgãos de governo, como o Ministério da Educação ou Inep, não estão presentes. Nos programas que tratam sobre a Base Nacional Comum Curricular e Mudanças no Ensino Médio, não há nenhum tipo de interação ou participação do público do programa.

A prática reflete um comportamento de autocensura que muitas vezes é praticado por jornalistas em programas que tratam de assuntos que podem provocar polêmicas ou discussões acaloradas. Os docentes que são chamados a participar, interagir, dar opinião, discutir o tema são apenas citados como principal público do programa, não dando voz a estes atores sociais. No caso dos

programas com foco político mais declarados, que implicam mudanças no sistema educacional, os atores sociais que são ouvidos são apenas as fontes oficiais, ligadas diretamente ao governo.

Este tipo de tratamento diferenciado é destinado aos profissionais da educação envia mensagens de quando e como o docente deve se posicionar. Apenas em temas onde a prática está acima das ideologias, o docente pode participar do programa, desde que fale de sua experiência profissional e não de temas considerados polêmicos.

A lógica utilizada no programa tem como base os preceitos determinados pela política neoliberalista. Os temas que envolvem abordagens coletivas ou que podem gerar conflitos são tratados de maneira mais formal dando voz aos atores sociais que possuem mais destaque na esfera governamental, como autoridades e fontes oficiais ligadas ao Ministério da Educação.

5.6. Temas

O processo de formação docente pode ser analisado por diversos aspectos. Nesta pesquisa, consideramos trabalhar com 4 aspectos da formação docente, sugeridas por Parente (2015):

- a) **Intelectual:** formação motivadora que incentiva a pensar no sentido de raciocinar, refletir, manejar de forma crítica e inteligente as informações, os dados e os conhecimentos para uma melhor compreensão do contexto.
- b) **Cultural:** apropriação do que a cultura humana produziu para uma avaliação do que está sendo disponibilizado, é necessário compreender os aspectos sociológicos, econômicos e educacionais para entender as diversidades culturais.
- c) **Prática docente:** chamada de competências de ensino. Domínio dos saberes que permitem ao professor ensinar e despertar nos alunos o interesse pela busca e conhecimento. Também chamado de 'saber fazer'
- d) **Ético-política:** coloca o professor na condição de inquietude. Um crítico permanente, contestador, que sempre está em conflito, em busca de saber mais, queda aberta a opiniões divergentes e não aceita passivamente as políticas elaboradas pelos governantes sem consultas.

Como o principal foco de análise desta pesquisa é o Programa “Salto para o Futuro”, estes aspectos foram observados em algumas das edições apresentadas.

Acreditamos que é necessário explicar como essas óticas serão observadas nos programas. Oficialmente, o “Salto para o Futuro” se autodenomina como um programa específico para formação continuada de docentes. Apesar do governo declarar que o “Salto para o Futuro” é um programa de formação continuada, diante das características descritas acima, trata-se de um programa feito para televisão e tem suas limitações enquanto um programa mais completo e efetivo para formação continuada de docentes. Levamos em consideração as limitações estabelecidas pela mídia a qual pertence e focamos em analisar como os temas escolhidos se relacionam com as dimensões formativas do docente.

Em relação aos temas usados pelo “Salto para o Futuro”, percebemos que as proposições são relacionadas à prática docente. Como o programa está no ar desde 1991, alguns temas são frequentemente usados. Diante de uma sociedade em constante modificação os debates que abordam o mesmo tema trazem novos olhares e perspectivas sobre os assuntos.

Na amostra selecionada são tratados os temas: Avaliação, Docência, Práticas de Ensino nas áreas de Inglês e Matemática, a Base Nacional Comum Curricular e Mudanças no Ensino Médio. Para esta pesquisa, estes temas estão diretamente relacionados a prática e formação docente e por isso foram selecionados em meio a tantos outros temas considerados educativos e abordados durante o programa.

Durante a formação docente, os profissionais têm contato com algumas destas temáticas, mas por se tratarem de temáticas que se atualizam constantemente, muitas vezes o que foi apresentado durante o período de formação aparece de maneira descaracterizada ou desatualizada. Consultores especializados em educação norteiam a condução dos programas e sugerem entrevistas e abordagens sobre o assunto. A estratégia é utilizada para dar continuidade ao processo educativo proposto pela emissora.

Ao realizarmos a pesquisa, e depois de assistir toda a amostra, percebemos que os programas atendem as dimensões citadas acima: intelectual, cultural e

prática docente. Diante dessas dimensões, podem ser divididos nas seguintes categorias: didático, paradidático e reflexivos- pedagógicos.

A Didática é um ramo da ciência pedagógica que tem como foco principal o ensino e a aprendizagem. Libâneo (2006) a define como a teoria do ensino, considerando-a como fundamental para o exercício da pedagogia. Os programas que tratam da prática do ensino de inglês e matemática se encaixam nesta definição. Oferecendo aos docentes argumentos para serem trabalhados em salas de aulas. O documentário Africanidades se classifica como um recurso paradidático onde o objetivo principal não é o ensinar como deve ser feito, mas pode auxiliar o docente para o exercício da atividade.

O caráter pedagógico-reflexivo da prática educativa apresentada nas temáticas dos programas referente a “Avaliação no ciclo básico”, “Reforma do ensino médio”, “Base nacional comum curricular” e “Olimpiada da língua portuguesa” tratam os temas do ponto de vista educativo levando em consideração a premissa de qual tipo de sociedade estamos nos referindo e quem é o professor que atua nesta esfera. Libâneo (2006) trata esse caráter como a ação consciente, intencional e planejada para formação humana.

O tema “Reforma do Ensino Médio” também se enquadra na categoria pedagógico-reflexiva, mas devido ao formato estabelecido e diante da condução do programa se configura mais como instrumento informativo do que um recurso de reflexivo. Na amostra, é possível perceber que os assuntos categorizados como reflexivo-pedagógicos aparecem com mais frequência, demonstrando a preocupação com a formação continuada docente.

5.7. Fontes e Argumentos

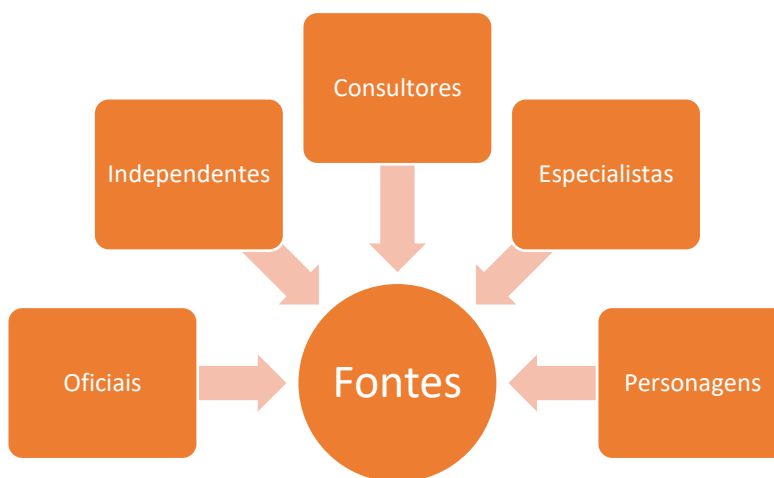
Lage (2006) define como fontes os personagens que participam de forma ativa de eventos de interesse público. Para o autor, são os fornecedores de informações que podem ser instituições ou personagens que testemunham e participam de eventos. Ou seja, são pessoas normalmente vinculadas a instituições ou que participaram de acontecimentos e podem ajudar o jornalista a relatar as experiências e situações vivenciadas.

Destarte, o autor classifica os tipos de fontes em:

- Oficiais: aquelas vinculadas ao governo. São mantidas pelo Estado; que detém algum tipo de poder, como por exemplo, os cartórios e juntas comerciais. Entram nesta classificação as empresas e organizações, como sindicatos, associações e fundações;
- Independentes: aquelas de instituições independentes, como organizações não governamentais e entidades sem fins lucrativos. Normalmente estão desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico;
- Fontes primárias: o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria. Fornecem fatos, versões e números. São consultadas para preparação de uma pauta ou construção de premissas;
- Especialistas: normalmente são fontes secundárias que os jornalistas procuram em busca de versões ou interpretações dos fatos. Podem estar vinculadas a instituições, mas que são ouvidos por apresentar trabalhos de importância significativa na área de formação docente.

Para efeitos nesta pesquisa as fontes (Figura 19) entrevistadas nos programas serão enumeradas de acordo com a classificação sugerida por Lage: oficiais, independentes, primárias (que aqui colocamos a denominação de consultores) e especialistas. Por conta das especificidades do programa, tomamos a iniciativa de inserir mais de um tipo de classificação de fonte que chamamos de personagens.

Figura 19. Tipo das fontes no programa “Salto para o Futuro”.



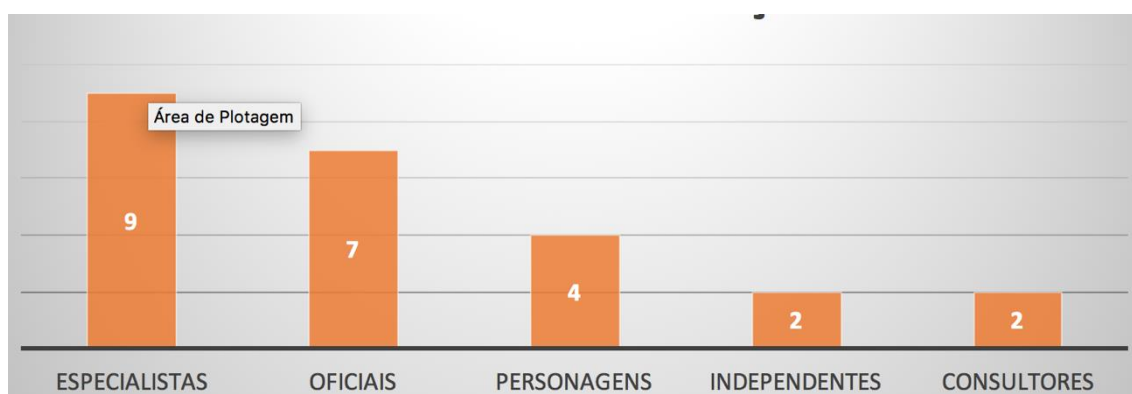
Fonte: Da autora

Os personagens são pessoas convidadas a participar do debate que possuem experiência na área e podem contar suas histórias de forma mais prática. São professores que atuam no ensino básico ou médio e participam do programa de forma efetiva, contando suas histórias e experiências do cotidiano. Fazemos questão de incluí-los em uma classificação diferente da proposta por Lage, por se tratar de um produto específico, veiculado com foco na educação, diferente de outros programas de TV exibidos em emissoras de caráter comercial.

Na amostra selecionada, foram entrevistadas 24 fontes diferentes. Sendo o mínimo de uma fonte para cada programa e o máximo de 9 participantes. Em geral, o programa procura trazer 3 pessoas para participarem do debate. Mas como foram usados vários formatos de programas na amostra, não há uma média de entrevistados por programa.

Por se tratar de um programa televisivo, onde o há o intuito de se debater temas relativos as práticas docentes e a formação continuada dos profissionais que atuam na educação, percebemos que a participação de fontes ligadas a instituições educacionais prevalece quando comparadas as fontes oficiais ligadas ao governo ou a outros setores da sociedade.

Figura 20. Classificação das fontes no programa “Salto para o Futuro”.



Fonte: da autora

Dos 24 entrevistados nos programas analisados, 11 são de profissionais ligados a instituições de ensino superior e consideradas nesta classificação como especialistas no assunto. Duas professoras dentro deste grupo, são consultoras do programa e prestam um serviço de auxílio para os mediadores conduzirem suas

entrevistas. Sendo consideradas, portanto, participantes da classificação como consultores. Para uma compreensão mais efetiva, sintetizamos no quadro (6) as fontes entrevistadas que participaram dos programas analisados.

Quadro 6. Fontes entrevistadas no programa “Salto para o Futuro”.

FONTES	NOME	INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	ANO
OFICIAIS	HENRIQUE PAIM	MEC	OLIMPIADA	2014
	CLEIDE BOCHIXIO	CONSED	OLÍMPIADA	
	MENDONÇA FILHO	MEC	REFORMA ENS MEDIO	2016
	CLEUZA REPULHO	UNDIME	OLIMP. PORTUGUES	
	MARIA ALICE	CENPEC	OLIMP.	2014
	ANDREA GOUVEIA	ANPED	BNCC	
	CLEUZA REPULHO	MOVIMENTO NACIONAL PELA BASE	BNCC	2014
				2016
INDEPENDENTES	ANTÔNIO JACINTO MATIAS	FUNDAÇÃO ITAU SOCIAL	OLIMP. OLIMP.	2014
	HUGO BARRETO	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO		
CONSULTORES	CLAUDIA OLIVEIRA FERNA	UNIRIO- COORDENADORA	AVALIAÇÃO	
	LIVIA FRAGA	FACULDADE EDUC. UFMG	DOCÊNCIA	
ESPECIALISTAS	MARIA TERESA ESTEBAN	FACULDADE FEDERAL FLUMINENSE	ENSINO	2012
	ANDREA FETZNER	UNIRIO-PROFESSORA PÓS GRADUAÇÃO	ENSINO	2012
	PATRICE DIAS	PROFESSORA PREFEITURA BURENIA MUNICIPAL	DOCÊNCIA	2013
	ARISTEO LEITE	PROF. FE UERJ	DOCENCIA	2013
	JOSE CARLOS PAES	PROF UNB	INGLÊS	2014
	ELIANE NAVARRO	PROFESSORA UNIVERSIDADE DE CARLOS	INGLÊS	2014
	VERA LUCIA TEIXERIA	PROFESSORA UERJ	INGLÊS	2014
	ANA KALEFF	PROF. GEOMETRIA UFF	MATEMATICA	2016
	ANTONIO JOSE LOPES	PESQUISADOR CEM SP	MATEMATICA	2016
PERSONAGENS	LADIMIRES GOMES	PROFESSOR RN	OLIMP	2014
			OLIMP	2014
	OCELENE TRENTINI	PROFESSORA RS		2014
	FLAVIANA FAGOTTI	PROFESSOR SP	OLIMP	2016
	GLORIA RAMOS	PROF. PEDRO 2 RIO	MATEMATICA	

Fonte: “Salto para o Futuro”.

Na classificação que usamos há o predomínio pelo emprego de fontes oficiais em programas considerados polêmicos ou que trazem discussões que provocam mudanças no ensino brasileiro. Das 24 fontes entrevistadas, 7 são oficiais. Foram ouvidas nos programas: “Olimpíadas da Língua Portuguesa”, “Base

Nacional Comum Curricular” e “Mudanças no Ensino Médio”. São representantes do governo, ou pessoas ligadas às instituições que representam categorias como sindicatos ou associações. Por representar um tipo de poder, são consideradas como mais confiáveis pelos jornalistas e por isso são mais consultadas por jornalistas. Os dados oferecidos por estas fontes, não costumam ser questionáveis visto que trazem informações ligadas aos setores governamentais que se dedicam aos temas analisados. Lage (2001) enxerga essa prática jornalística como um mau hábito. O fato de entrevistar as fontes oficiais não significa que todas as informações por elas oferecidas não devem ser checadas ou colocadas em questão. Nem sempre o que uma fonte oficial fala deve ser considerada como uma verdade universal a ponto de ser inquestionável.

Essa prática considerada antagônica, pelo autor, traz consequências diretas para a população que apenas recebe o dado oficial sem saber a origem ou as fontes que serviram como base para o discurso. Podemos citar como exemplo a entrevista realizada em 2016, como o ministro da Educação, Mendonça Filho. Quando questionado sobre os motivos que levaram o governo a propor as mudanças no Ensino Médio, a fonte entrevistada informa que “as mudanças visam atender as expectativas dos jovens brasileiros já que o Ensino Médio se encontra na UTI”, baseando-se em dados de pesquisas de avaliação nacionais e internacionais. Ao ser questionado sobre prazos, o ministro se esquiva e fala que não pode fixar prazos, pois a participação do MEC nas escolas de Ensino Médio é inexpressiva. Deixando a cargo dos Estados e municípios a função de estabelecer prazos. Todavia, dentro do seu discurso usa dados que além de não serem questionados pelos entrevistadores, não são citadas as fontes. É uma informação que o ajuda a justificar a importância das mudanças.

Não há diálogo entre a vontade e o sonho dos jovens e o desejo dele de futuro e aquela educação que ele encontra dentro da sala de aula. Eu não vou limitar a um único fator, mas esse é um fator que provoca também a evasão e esse quadro absurdo de 1 milhão e 700 mil jovens nenéns. Que nem trabalham, nem estudam dentro da realidade brasileira. Sendo presa fácil pra criminalidade, drogas, pra um quadro de degradação social que nós encontramos as médias e grandes cidades do país. Por isso, que nós introduzimos na medida provisória, um programa de fomento a educação integral. Que é uma das soluções para reter o jovem dentro da sala de aula (13'17" – 14'06").

As fontes oficiais trazem em seu discurso ideias e ideologias que são apresentadas ao público como verdades inquestionáveis, ou seja, verdades universais. São consideradas, portanto, como fonte hegemônicas que oferecem um discurso vertical com base no poder políticos dos cargos que ocupam.

A pluralidade dos tipos de fontes entrevistadas leva ao telespectador, que no caso analisado é o docente, a uma reflexão mais profunda acerca da temática tratada. Os assuntos são ponderados com óticas mais abrangentes e trazem discursos contra hegemônicos de atores sociais que nem sempre oriundos da mesma classe social. Como exemplo, podemos citar o programa que trata a Olimpíada da Língua Portuguesa. Neste programa são entrevistados 4 tipos de fontes do mesmo programa. O debate é considerado mais produtivo porque trata do mesmo assunto de diversos ângulos. São entrevistados representantes do governo, do Conselho de Educação, de Organizações não Governamentais, especialistas em educação e professores que atuam na área.

São diferentes opiniões e experiências em prol do mesmo tema. As entrevistas neste programa são mais longas permitindo a quem está assistindo um tempo maior para refletir sobre o que está sendo dito. Quando as entrevistas são mais curtas, normalmente quem detém o poder de fala se preocupa em usar frases de impacto que ficam como mensagens-chave que devem permanecer, mesmo depois que a entrevista é encerrada. Em formatos de programas televisivos, onde o principal foco é o debate e a apresentação de ideias, as entrevistas mais longas com mais de 40 segundos de duração permitem ao entrevistado a conclusão de pensamentos que se iniciam nas perguntas realizadas.

Apesar de predominar o incentivo a participação no programa “Olimpíadas da Língua Portuguesa” os contrapontos e as dificuldades são relatados nos discursos dos docentes que ganharam o prêmio em outras edições, mesmo tendo relatado que sempre enfrentaram barreiras. Vejamos como exemplo as entrevistas realizadas no programa sobre a “Olimpíada da Língua Portuguesa” em 2014. No total 9 fontes foram entrevistadas e contribuíram de forma positiva para o tema. Apresentaram aspectos positivos para o incentivo e adesão ao tema.

Os personagens ouvidos relataram experiências pontuais que refletem o ensino da língua portuguesa no país. Abordam as dificuldades, da falta de incentivos e apontam questões logísticas, falta de preparo e material de apoio

como barreiras que o professor precisa enfrentar quando decide participar da competição.

O professor Ladimires Gomes leciona na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, foi um dos finalistas da edição das Olimpíadas, realizada em 2010. Ele foi entrevistado no programa e relatou que tentou participar da competição em 2008, mas acabou desistindo. Decidiu mudar a estratégia de trabalho no ano de 2010.

Em 2008 foi frustrante por que eu comecei o trabalho e fiquei pelo caminho. Era no contra turno, não dava pra fazer, os alunos tinham dificuldades. É difícil o aluno ter dinheiro para ir duas vezes até a escola. Então em 2010 minha motivação maior foi ter assistido uma reunião e um professor que em 2008 tinha chegado a final da Olimpíada, contou a sua história. Aquilo me fez ver que eu também poderia chegar lá. Comecei em 2010 com toda força e garra. Fiz no mesmo horário, contra algumas opiniões da própria escola que estava deixando de trabalhar gramática. Eu gosto de colocar meus alunos para serem autores de suas histórias e participarem das coisas que acontecem no Brasil. Aquilo foi fundamental para chegar até a final.

A docente Jocelene Trentini que dá aulas no Rio Grande do Sul, foi uma das ganhadoras das Olimpíadas e fala da contribuição da competição para formação do profissional da educação. A dificuldade exposta é sobre a formação do docente na graduação e o trabalho oferecido para formação continuada do educador. Vejamos o discurso expresso pela professora durante a entrevista exibida na edição do Salto para o Futuro em 2014.

Em 2008, eu entrei no grito. Foi uma coisa de última hora. Olhando depois os cadernos com calma, vendo a metodologia proposta da sequência didática, que pra mim como professora, até então era desconhecida, nos bancos da faculdade eu nunca tinha ouvido falar em sequência didática, então ali começou um processo de formação. Foi um ganho enorme pra mim, Em 2010, trabalhando com esses cadernos, a gente conseguiu chegar na semifinal. Em 2012, uma aluna ganhou a medalha de prata.

Esses discursos são mais próximos da realidade e da vivência prática do docente brasileiro. Por isso remetem a uma reflexão baseada em experiências de pessoas que vivem a mesma realidade profissional.

A reflexão mais aprofundada sobre o tema trabalhado faz parte da chamada Dimensão Intelectual, apontada por Parente (2015) como uma formação que motiva os professores a pensar no sentido de raciocinar e refletir sobre suas

práticas. O autor aponta as formas como o professor maneja dados e os interpreta para uma compreensão mais crítica e autônoma dentro de suas atividades diárias.

Levando-se em conta o caráter da dimensão intelectual, as edições do Programa “Salto para o Futuro” que trazem um maior número e tipo de fontes entrevistadas permite ao docente contato com um leque maior de experiências e relatos que contribuem para a formação intelectual do profissional. As edições que se limitam a apenas um ponto de vista, trazido por uma fonte oficial, por exemplo, podem ser classificadas como programas que contribuem para uma formação menos completa do docente.

Neste processo de semi-formação, destacada por Adorno (2008), o profissional é desenvolvido em partes para atender as demandas do mercado. Ensina-se o que deve ser ensinado para atender as exigências das especializações. Nos casos apresentados, quando o tema é a reforma do Ensino Médio, as informações são repassadas para que o docente entenda o que o governo deseja que seja realizado. Opiniões contrárias, ou relato de experiências de professores, pais e alunos não interessa para a formação continuada do docente. Há, portanto, neste caso, a predominância da semiformação. As informações são transmitidas e não são oferecidas ao educador recursos intelectuais e formação política para que os torne capazes de exercer criticamente o direito de questionar o tema.

A classificação das fontes permite analisar a seguir o tipo de discurso utilizado e nos ajuda a compreender por que as falas são usadas por cada tipo de fonte. Nos 10 programas analisados, existem discursos hegemônicos. Em falas dos apresentadores, no tempo destinado aos temas relativos aos programas de governo e as próprias entrevistas, trazem discursos que dão voz e poder a pequenos grupos da sociedade.

O fato citado anteriormente das participações efetivas de professores com perguntas e questionamentos ter sido mais presente nas edições que antecedem a reformulação do programa, ocorrida em 2015, é uma característica do predomínio do discurso hegemônico. Quando o professor tem a oportunidade de participar efetivamente realizando ou propondo perguntas, o discurso contra hegemônico pode aparecer e ser debatido. Ao se limar este tipo de participação, é possível perceber que o discurso hegemônico se sobressai.

Embora em metade dos programas o discurso contra hegemônico apareça com mais força, é possível percebermos que há predomínio das questões hegemônicas nas edições apresentadas. O discurso contra hegemônico é visto nos programas que tratam temas relativos a prática do saber fazer, que fazem referência a dimensão das competências de ensino citadas anteriormente. Nestes programas, os entrevistados que são especialistas em suas áreas ou personagens que trazem exemplos práticos do ensino emitem opiniões que representam classes que não fazem parte do grupo oficialmente entrevistado em outras edições.

Os programas que tratam a Docência na Educação Infantil, o Ensino do Inglês, a Matemática na Educação Básica e a Avaliação oferecem ao telespectador uma pluralidade de pensamentos que seguem em direções opostas as propostas pelo governo.

Portanto, estas são algumas marcas analíticas que apresento neste estudo, destacando que o “Salto para o Futuro”, mesmo sendo destinado, em sua essência, a formação de professores, continua sendo um instrumento ideológico à serviço do poder hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade em constante mudança, a tecnologia acompanha as evoluções que se dão nos aspectos sociais, econômicos, políticos, privados e públicos. As escolas, inseridas nesta sociedade em constante desenvolvimento, também evoluem e necessitam deixar claro para que servem e qual é o papel que ocupam. O docente, sendo o profissional que tem função de destaque neste processo, necessita refletir sobre que posição deve ocupar nesta sociedade.

O professor da atualidade é o mediador que conduz o aluno e é o profissional que possui a propriedade do conhecimento transmitindo de modo escolarizado para seus alunos. Esta pesquisa aponta que o professor do século XXI é o profissional que se dedica ao ofício de ensinar. Mais do que um reprodutor de conhecimentos, o docente da atualidade, pensa, reflete, estuda, faz relações, instiga para conduzir os estudantes ao conhecimento.

Sabendo o espaço que têm e o papel que devem ocupar dentro da sociedade, os professores podem desempenhar melhor suas tarefas e contribuir para melhoria do sistema educacional. Constatamos que a formação continuada do docente é necessária e de extrema relevância e servem para valorizar o profissional da educação, em especial os docentes.

Em um mundo cercado de informações, com mil possibilidades e ferramentas para acesso a dados, enxergar o professor como principal agente no processo educativo, implica em algumas condições que devem ser tratadas pelo Estado como prioridades.

O Estado por meio de suas políticas públicas e metas estabelecidas no PNE traçou estratégias que pretendem diminuir tantas desigualdades. Mas diante do atual cenário de incertezas políticas, os programas de formação inicial e continuada não conseguem atingir e alcançar as metas estabelecidas. Além de investimentos massivos e expressivos é necessário atuar em outros âmbitos como melhorias de salários, condições de ambientes de trabalho e valorização do professor enquanto profissional em constante desenvolvimento.

Os atuais programas de formação continuada de professores passam por atualizações, e um dos meios apontados na década de 90 como a solução mais avançada tecnologicamente, a TV Escola, tem sua representatividade reduzida, enquanto programa de formação continuada de docentes.

Encerrado este trabalho e, retomando o **objetivo geral** aqui proposto, compreender a audiência e uso pedagógico do programa Salto para o Futuro como ferramenta de formação de docentes, concluímos que o programa, um produto televisivo, possui limitações enquanto ferramenta de formação continuada. O programa propõe reflexões que são positivas e podem estimular o docente a pensar sobre seu espaço enquanto professor e cidadão. Mas, por outro lado, por estar inserido em uma emissora que vinculada diretamente a recursos e verbas financiadas pelo Governo, tem seu discurso baseado nas propostas governamentais. Esta limitação em relação a pluralidade de temas e até mesmo contestações é um fator negativo para formação continuada de professores.

Em edições, anteriores a reformulação do “Salto para o Futuro”, ocorrida em 2015, é possível destacar que cadernos complementares, livros eletrônicos e outros tipos de abordagens mais profundas eram recursos frequentemente utilizados como ferramentas. Após a reformulação, esses recursos foram desativados e o programa tem trabalhado mais no sentido de auto formação do que formação continuada, o que desqualificou sua capacidade formativa.

Na sociedade capitalista, onde os processos de formação são desenvolvidos de maneira individual e com uma velocidade extrema, os recursos oferecidos pelo “Salto para o Futuro” trabalham os temas mais ligados a mudanças estruturais de forma ideológica, papel este que não é de responsabilidade de emissoras de televisão.

Espera-se com isto que, além oferecer mais autonomia às emissoras educativas, o Estado desvincule a programação de práticas governamentais de cunho ideológico. A proposta de emissoras educativas é promover a educação de forma universal e de maneira sistemática. Objetivos que podem ser trabalhados em programas que visam desenvolver a formação do profissional docente.

O desejável é reformular a proposta oferecida na década de 90, que por conta da indisponibilidade técnica, eram instalados equipamentos de TV e vídeo nas escolas para que de forma orientada os docentes pudessem ser capacitados para uso do material disponibilizado, além de refletirem sobre sua prática docente. Nesta época havia formação e discussões sobre os temas tratados nos programas de modo efetivo. Não se trata de um retorno ao passado, com a instalação de aparelhos de DVD. Mas de uma sugestão de planejamento para capacitação e uso da ferramenta enquanto prática pedagógica.

Enfim, nos apropriamos do programa “Salto para o Futuro” como exemplo, mas a aplicação poderia ser ampliada para outros programas exibidos pela TV Escola. A emissora possui um grande acervo e traz conteúdos relevantes que podem contribuir para o constante desenvolvimento profissional. Além de usar a programação como ferramentas pedagógicas, recursos didáticos e paradidáticos, as escolas podem promover debates, discussões e práticas sobre a formação continuada de professores. Por isso é necessário destacar que constantes atualizações e abordagens mais críticas em relação ao uso de programas educativos podem ser ferramentas positivas para avaliação e uso do conteúdo produzido e disponibilizado pela emissora.

Outro aspecto é o que se relaciona diretamente ao impacto produzido nos professores. Ouvir quem faz uso da ferramenta e avaliar como o recurso está sendo utilizado pode contribuir para uma melhor adequação do produto televisivo ao seu público. Este é o nosso propósito para o doutorado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Mínima moralia**. Tradução de Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

ANDRÉ, Marli. **Formação de professores: a constituição de um campo de estudos**. Educação, vol. 33, núm. 3, p. 174-181 Porto Alegre, 2010.

ANDRÉ, Marli. GATTI, Bernadete. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil**. In: *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. RJ: Vozes, 2010

ARAÚJO, Denise Bastos de. **Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista**. Salvador: UNEB, 2010. [Tese de doutorado]

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições Loyola, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano. **A Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Editora Universitária, 1999.

BET, David Silva. **Televisão e formação na era digital: um exame crítico das pretensões formativas do Programa Salto para o Futuro**. São Carlos: UFSCar, 2015. [Dissertação de Mestrado]

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei n. 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil: Brasília, 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei n. 13.0051/14**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **TV Escola Relatório 1996-2002**. Brasília, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COELHO, Maria das Graças Pinto. **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

COUTINHO, Lara. **Imagens sem Fronteiras: a gênese da TV Escola no Brasil**. Brasília: Plano, 2003.

DANTAS, O. M. A. N. A. **As relações entre os saberes pedagógicos do formador na formação docente.** 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2007. Tese (Doutorado em Educação)

DENKER, Ada de Freitas Manetti. **Pesquisa em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo, 2001.

DRAIBE, Sônia M e PEREZ, José Roberto Rus. **O programa TV Escola: desafios à introdução de novas tecnologias.** *Cad. Pesqui.*[online]. 1999, n.106, pp.27-50. ISSN 0100-1574.

FREY, Klaus. **Análise de Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores.** Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GASKELL, George. BAUER, Martin. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som- um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2015.

GENTILINI, A. J; SCARLATTO, E. C. Inovações no ensino e na formação continuada de professores: retrocessos, avanços e novas tendências. In: PARENTE, C. M. D; VALLE, L. H. L. R; MATTOS, M. J. M (Orgs.). **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas.** Porto Alegre: Penso, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** v. 2 2. ed. e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem teoria e técnicas de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Cláudia Maria de. **TV Escola: reações de professores de Ensino Fundamental.** *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 1997, vol.14, n.1, pp.29-36. ISSN 1982-0275.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, José de Marques. **Jornalismo Brasileiro.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. **Programa TV Escola: um olhar crítico sobre suas múltiplas relações.** Brasília: Universidade de Brasília/PPGE/FE, 2012 [Tese de doutorado].

NÓVOA, António. **O regresso dos professores.** Lisboa: Ministério de Educação, 2008.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. **Gênero e sexualidade na TV Escola: cartografias de um currículo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011 [Tese de doutorado].

PERINOSSOTO, Renato. **O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino**. Revista Sociologia e Política, v. 22, n. 52, 2014.

RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G.G. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SANTOS, Gilberto Lacerda. **Tecnologias na educação e formação de professores**. Brasília: Plano Editora, 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SAVIANI, Demerval. A Política Educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis -RJ: Vozes, 2005.

SCHNEIDER, Nádia Helena. **TV Escola na era digital: trajetória e perspectivas educacionais e culturais**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012 [Tese de doutorado].

SILVA, Edileuza F. **A aula no contexto histórico**. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.) Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. In: Revista Sociologias. Ano 8, nº16 – Porto Alegre, 2006.

SOUZA, José Carlos Aronchi. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.